

Avante!

**VOTOS
DE PAZ
E AMIZADE**



O Natal dos simples

Baixo nível de vida, desemprego e salários em atraso serão as únicas «prendas» que muitos portugueses vão receber neste Natal. À medida que se aproxima o final do ano e se faz os inevitáveis balanços, verifica-se que o desemprego aumentou em 2002. A luta é a única resposta.

● Martins
desenho

Pág. 5

Serviço Público de Televisão

Privatização à vista

O PCP considera que as orientações anunciadas pelo Governo para o sector audiovisual confirmam a insistência «numa política que visa deliberadamente o definhamento e desarticulação do serviço público de televisão».

Pág. 6

Circum-navegador solitário

Do sonho à realidade

Açoriano de gema, Genuíno Madruga fez-se ao mar e deu a volta ao mundo a bordo do seu «Hemingway», sozinho, durante dois anos. Um sonho feito realidade contado ao *Avante!* por quem aprendeu cedo a «fazer pela vida».

Págs. 12 a 14

Uma história de desporto

Os clubes são do povo

O Charlton é um famoso e popular clube do sul de Londres com uma história peculiar. Ameaçado de morte pela política «thatcherista», em 1985, conseguiu sobreviver graças à luta do povo.

Pág. 16

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque
Miguel Inácio

Gráfico
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B.Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros
25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



«Caravana» da Educação chega a Lisboa

Resumo

18 Quarta-feira

A Direcção do PCP reuniu com a Direcção do PS, dizendo Carlos Carvalhas que o PCP está aberto «a todos os entendimentos que reflectam políticas de esquerda» ● O PCP critica as medidas para a RTP apresentadas pelo ministro Morais Sarmiento, considerando serem «deliberadamente o definhamento e desarticulação do serviço público de televisão» ● A Inspeção Geral do Trabalho multa, em 600 euros, a Fertagus, por ter dispensado o serviço de 20 maquinistas que se encontram em greve parcial desde 8 de Setembro ● O comissário europeu Franz Fischler declara que não autoriza o reforço do financiamento para a renovação da frota pesqueira portuguesa ● EUA dizem que o relatório apresentado pelo Iraque sobre o seu armamento é «incompleto» e «insuficiente» ● Na Argentina realizam-se 50 manifestações pacíficas contra a fome e a violência ● Alegando motivos de segurança nacional, o presidente da Venezuela atribui poderes aos militares para assumirem o controlo de qualquer veículo necessário para a distribuição de comida e combustível.

19 Quinta-feira

Na Assembleia da República, Carlos Carvalhas lembra que o PSD tem um *site* na internet contra a implementação de portagens e manifesta-se contra os elevados salários dos gestores dos novos hospitais-empresa ● Utentes da CREL realizam uma «marcha do caracol» contra as portagens e anunciam a criação da Comissão de Utentes ● A CGTP-IN marca várias jornadas de luta contra a política do Governo para os primeiros meses de 2003 ● Tribunal Constitucional chumba as alterações ao Rendimento Mínimo Garantido propostas pelo Governo ● Centenas de americanos de origem iraniana manifestam-se nas ruas de Los Angeles contra a prisão de imigrantes vindos do Médio Oriente, durante um registo voluntário promovido pelos serviços norte-americanos de imigração ● Inspectores da ONU, no Iraque, dizem que há omissões no relatório apresentado pelo governo iraquiano sobre o seu arsenal militar ● Dois independentistas, acusados de pertencerem à ETA-Militar, são presos no País Basco francês, numa operação conjunta franco-espanhola, no mesmo dia em que dezoito dirigentes do Batasuna, o partido independentista basco, são libertados sob uma fiança de 12 mil euros ● O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, promete «defender a revolução até às últimas consequências», considerando os grevistas da indústria do petróleo

como a «elite petrolífera golpista», no mesmo dia em que o Supremo Tribunal ordena aos trabalhadores da indústria petrolífera que regressem ao trabalho «imediatamente». ● Na Coreia do Sul, Roh Moo-Hyun, o candidato do partido no poder, vence as eleições presidenciais.

20 Sexta-feira

O Presidente da República promulga o Orçamento de Estado para 2003, anunciando, porém, que vai pedir a fiscalização sucessiva das normas relativas ao regime de aposentação dos funcionários públicos ao Tribunal Constitucional ● Esta actualização é saudada pelas centrais sindicais, PCP, PS e BE por considerarem tais normas inconstitucionais ● Governo aprova a actualização do salário mínimo nacional em 2,47 euros, passando os trabalhadores de serviço doméstico a receber 353,20 euros e os restantes trabalhadores 356,60 ● Governo autoriza a instalação de um casino na cidade de Lisboa ● «Caravana da Instabilidade», que partiu do Porto há um mês, chega ao seu destino - Ministério da Educação, em Lisboa ● UE autoriza comercialização de dois óleos comestíveis feitos a partir de semente de algodão transgénico ● Críticas às afirmações racistas do senador republicano do Mississippi, Trent Lott, obrigam-no a abandonar a liderança do seu partido.

21 Sábado

O primeiro ministro Durão Barroso e o líder do PS, Ferro Rodrigues, acordam a reforma do sistema político... ● ...relativamente à qual PCP e BE reagem, sobretudo no que toca ao impedimento de contributos dos militantes para o financiamento dos seus partidos ● A greve da empresa estatal Petróleos de Venezuela entra na quarta semana, tendo já causado ao país um prejuízo de mil milhões de dólares ● Dados da agência Bloomberg apontam para um provável prejuízo de mil milhões de euros na indústria pesqueira da Galiza e a perda de 20 mil postos de trabalho resultantes do derrame do *Prestige*.

22 Domingo

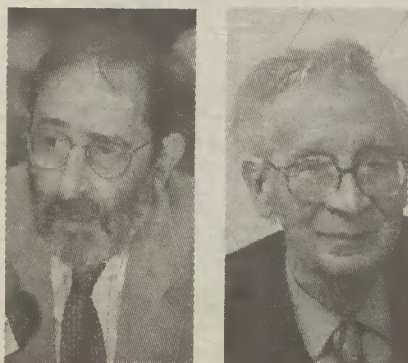
Na Venezuela, os militares recuperam controlo da petrolífera nacional ● A Autoridade Palestiniana anuncia o adiamento das eleições, que deveriam realizar-se a 20 de Janeiro, para quando cessar a ocupação militar israelita na Cisjordânia ● O presidente da companhia canadiana Clonaid anuncia nascimento do primeiro clone humano antes do final de 2002.

Aconteceu



Siza e Urbano premiados

O arquitecto Álvaro Siza Vieira foi eleito «Personalidade do ano 2002» pela Associação de Imprensa Estrangeira em Portugal. Já este ano, o arquitecto de renome mundial, apoiante das listas da CDU, tinha recebido o Leão de Ouro da Bienal de Arquitectura de Veneza. Siza Vieira está neste momento responsável pela renovação do eixo *Prado-Recoletos*, no centro de Madrid. Este prémio, conferido anualmente, pretende distinguir personalidades que se destacam no reconhecimento da imagem de Portugal no mundo. Distinguido foi também o escritor Urbano Tavares Rodrigues, com o prémio «Vida Literária» da Associação Portuguesa de Escritores. O prémio deste ano da APE foi decidido por unanimidade e elegeu Urbano «por uma vida inteiramente doada à literatura, com relevo nos domínios da ficção e do ensaísmo, revelando a este propósito uma extrema lucidez e generosidade».



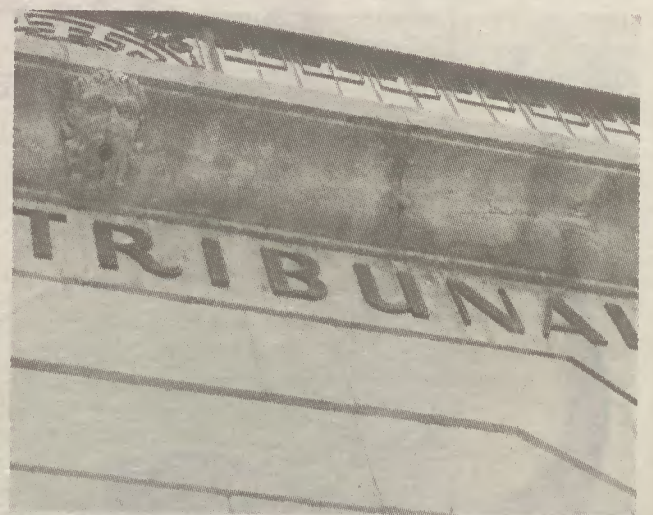
Nestor C: mais um «navio-bomba»

O Governo autorizou a entrada no Porto de Lisboa do navio *Nestor C*, com carga perigosa, para os próximos dias. Na passada quinta-feira, a deputada Isabel Castro, do Partido «Os Verdes», interpelou o primeiro-ministro Durão Barroso sobre a decisão. A deputada alertou não só para a toxicidade da mercadoria transportada como para o facto deste ser um dos 66 «navios-bomba» descritos na lista da União Europeia

Insucesso e abandono escolar

Dados do Ministério da Educação revelam que o ensino continua a degradar-se. Só numa década, entre 1991 e 2001, o número de jovens em idade escolar diminuiu em quase 330 mil alunos, no Continente. O mesmo estudo prevê uma ainda maior diminuição até 2006, de mais 70 mil jovens. Preocupante é também o insucesso escolar. De acordo com o mesmo documento, no ano passado havia em Portugal 18 mil jovens com menos de 15 anos de

idade, sem frequentarem a escola, ou seja, 2,7 por cento. Sem terem completado o 9.º ano estão 15 mil com 16 anos de idade e mais 20 mil com 17. O número de jovens que não completa o ensino secundário representa 45 por cento do total. Portugal é o país da UE com menor percentagem de alunos com o secundário completo (42 por cento). O país mais próximo de nós é a Espanha mas com uma muito mais reduzida percentagem (58 por cento).



Juízes querem aposentar-se

Onze magistrados do Supremo Tribunal de Justiça apresentaram pedidos de reforma antecipada, por lhes terem sido levantadas dúvidas com a nova Lei do Orçamento. É que os juízes estão abrangidos pelo regime da função pública, quanto à aposentação e receberiam, com a promulgação da Lei do Orçamento de Estado, ficar com menos 10 por cento da reforma, caso o pedido de aposentação não desse entrada até ao final deste ano. Numa altura em que os tribunais estão totalmente estupidizados com processos por resolver, a reforma de 11 magistrados conselheiros, num universo de 60, vai certamente criar ainda mais problemas.

Dirigentes bascos libertados

Em Espanha, dezoito actuais e históricos dirigentes do Batasuna, a coligação política independentista basca, foram libertados na semana passada, sob uma fiança de 12 mil euros. A meio da tarde da passada quinta-feira, foi divulgado o auto do juiz Baltazar Garzón, que considera a direcção do Batasuna parte integrante da ETA. Numa curta declaração, após terem recusado responder ao juiz da Audiência Nacional, os dirigentes bascos negaram qualquer envolvimento com a ETA, o KAS ou o EGIN, plataformas políticas independentistas ilegalizadas pelo Estado espanhol. Desde a ilegalização do Batasuna, mais de 200 mil eleitores deste partido podem ser, sempre que o governo ou a jurisprudência entenderem, e de acordo com a «lei antiterrorista» espanhola, conotados com a ETA-Militar.



Crónica Internacional

• Ângelo Alves

Ano novo, guerra velha...

O exército dos EUA prepara-se para atacar o Iraque. A concentração de homens e meios na zona – já superior ao contingente da operação “*Tempestade no Deserto*” em 1991 – evidencia a obstinada determinação norte-americana em invadir o país e controlar os recursos naturais da região, especialmente o petróleo.

George W. Bush e seu batalhão de falcões fazem soar os tambores de guerra. O Iraque, agindo em conformidade com a Resolução 1441 do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas (ONU) e tentando ganhar tempo, apoios, e evitar o ataque, divulga um extenso relatório sobre o seu armamento.

Declarações prematuras e ambíguas de Hans Blix (um dos inspectores que chefia a equipa no Iraque) foram prontamente utilizadas por dirigentes norte-americanos para fazer o julgamento final do relatório iraquiano e reafirmar a vontade de guerra, apelidando o relatório de “violação material” da Resolução 1441 e considerando que o Iraque “decidiu ignorar a sua última oportunidade”.

Tal atitude torna clara a vontade e a pressa em “matar” o relatório iraquiano e tudo o que este poderia representar na estabilização da situação na região e no encontrar de uma solução pacífica. Mesmo os aliados dos EUA, como a França ou a Rússia, foram obrigados a reconhecer que não cabe à administração norte-americana julgar o relatório, mostrando alguma cautela com o papel da ONU em todo o processo. *A contrario* os EUA não mostram qualquer embaraço em manipular e usar tais declarações para prosseguir a preparação psicológica e diplomática para a chacina, chantageando inclusive a própria ONU. Anthony Clark, especialista norte-americano em Direito Internacional, faz as honras da casa e lança a farpa: se a ONU não der a Washington o que este quer, terá “o destino da Liga das Nações [dissolvendo-se na sua irrelevância]”.

George W. Bush e seu batalhão de falcões fazem soar os tambores de guerra

Mas a instrumentalização da ONU não é a única forma de anular resistências à política de terror dos EUA. Como revelou o New York Times, o Departamento de Defesa norte-americano (DOD) está a analisar um relatório secreto em que se recomenda, como forma de influenciar a opinião pública mundial, o suborno de jornalistas estrangeiros; o financiamento a escolas e controlo dos seus programas e a encomenda e financiamento de publicações. Sinais dos tempos...

Tempos que vão confirmando o hediondo carácter da administração norte-americana e seus aliados: o canal alemão de televisão ARD transmitiu na passada quarta-feira uma reportagem-prova do envolvimento de soldados norte-americanos, britânicos e agentes da CIA no massacre de cerca de cinco mil prisioneiros afegãos com “requintes” apenas comparáveis aos crimes nazis.

Tempos que poderão vir a ser mais perigosos, se a política externa da administração norte-americana continuar. Os sucessivos episódios envolvendo os EUA e a Coreia do Norte (um dos *estados párias* de Bush, elemento do seu auto-imaginado “eixo do mal”) revelam uma tensão crescente e constituem inadmissíveis provocações por parte dos EUA. O cancelar do fornecimento de combustível à Coreia do Norte acompanhado do retomar de ameaças de intervenção militar contra este país; a instrumentalização estratégica da ajuda humanitária; as pressões junto do governo sul-coreano para pôr fim ao processo de reconciliação e possível reunificação das duas Coreias, e por fim a interceptação e aprisionamento de um cargueiro norte-coreano que transportava legalmente mísseis Scud com destino ao Iémen pela armada espanhola às ordens dos EUA, são a prova de que os EUA não tencionam apenas intervir no Médio Oriente mas prosseguem uma estratégia de conflito permanente em várias regiões do globo.

Os EUA insistem em apelar vários países de “grandes perigos para a humanidade”. A verdade, única e palpável, se tivermos em conta a evolução da situação internacional, é que é a própria administração norte-americana que constitui esse perigo. Por várias razões: com esta escalada de violência está a alimentar uma nova corrida aos armamentos; mês após mês repete acções de provocação com vista à criação de novos conflitos e à prossecução de uma política de controlo económico e geopolítico de novas zonas do globo e porque alimenta novos ódios e tensões que poderão levar a um conflito militar à escala regional ou mesmo global. Estratégia que, desprovida do mínimo sinal de bom senso ou cautela, obriga tradicionais amigos dos EUA (também em Portugal) a desdizer o que já disseram no passado e a demarcarem-se consciente ou oportunisticamente das loucuras da administração norte-americana. Esperemos que tais vozes se traduzam em acções concretas pela paz, denunciando as reais razões de tais políticas: a insaciável sede de poder e dominação do imperialismo, fase superior do capitalismo.

Editorial

NATAL, GUERRA E PAZ

Paz», «Concórdia», «Família», «Amor», «Paz», eis alguns dos vocábulos que, repetidos todos os anos e exaustivamente difundidos, constituem os ingredientes que compõem aquilo a que é costume chamar-se «espírito do Natal». Isto no que respeita a uma parte da população do Planeta - uma parte cada vez mais reduzida, diga-se em abono da verdade. A outra parte - a maior, a cada vez maior - essa desconhece o que seja tal «espírito» e vive o dia de Natal como vive todos os restantes dias do ano: mal.

Para as centenas de milhões de desempregados, o Natal é o drama de todos os dias, o drama que decorre da negação de um direito humano fundamental - o direito ao trabalho - com todas as consequências que daí advêm. E para os muitos milhões que, tendo trabalho, recebem salários de miséria, o drama, sendo menor, é, mesmo assim, drama, todos os dias e no Natal.

Para os reformados e pensionistas, tratados como objectos descartáveis, regra geral subsistindo com reformas e pensões que constituem autênticos atentados aos direitos humanos, o Natal é, tão-somente, mais um dia de pesadelo.

Para as dezenas de milhar de pessoas que no próximo ano irão morrer de fome e por falta

perdeu a sua última oportunidade». E porque, como afirmou Colin Powell, com ar hipocritamente pesaroso, «a Administração Bush está desapontada» com as «falhas» da declaração iraquiana sobre armamento, «falhas» que, diz Powell, tornam «impossível encontrar uma solução pacífica».

E a generalidade desses presidentes e primeiros-ministros, cardeais e bispos, editoriais e comentadores políticos manterá um prudente silêncio em torno do essencial, a saber: que o imperialismo norte-americano há muito decidiu bombardear o Iraque (porque o Iraque possui as maiores reservas de petróleo da região); que não há «declaração iraquiana sobre armamento» capaz de impedir esse bombardeamento; que centenas de milhar de pessoas inocentes vão ser sacrificadas aos superiores interesses dos donos da nova ordem imperialista; que todas essas brutais violações dos direitos humanos, dos princípios democráticos, da liberdade, vão ser cometidas hipocritamente em nome dos direitos humanos, da democracia, da liberdade. E esse prudente silêncio torna-os, a todos, cúmplices dos bárbaros crimes anunciados.

Em Portugal, teremos as habituais «comunicações ao País» do Primeiro-Ministro e do Presidente da República. Que dirão o que foi dito no ano passado, que é, ao fim e ao cabo, o que disseram e dizem todos os anos os primeiros-ministros e presidentes de República da maioria dos países.

Durão Barroso, gesticulante, congratular-se-á com os resultados da sua governação, repetir-se-á na apresentação como coisa boa e cheia de modernidade do acto terrorista que é o pacote laboral do grande patronato, minorizará a greve geral que envolveu um milhão e setecentos mil trabalhadores, explicará a importância para o País da colocação de portagens na CREL, enaltecerá o seu «programa de estabilidade e crescimento» para os anos 2003/2006, falará, enfim, em nome do grande capital cujos interesses ele identifica com os interesses do País - e, no final, receberá os cumprimentos e os votos de bom Natal dos beneficiários da sua comunicação.

Jorge Sampaio repetir-nos-á, sinteticamente, o discurso que tem vindo a derramar nas suas viagens pelo País mas que não fará esquecer, entre várias outras coisas, o facto significativo de ter dado azo a que o ministro Bagão Félix se tenha aproveitado zelosamente e tornado pública, no dia da greve geral, a promulgação da malfadada Lei de Bases da Segurança Social.

Os editorialistas e comentadores prosseguirão o esforço de *demonstrar* que a greve geral foi um fiasco, que *essa coisa* da luta de classes é coisa velha e ultrapassada, que a exploração e a opressão serão tanto mais *democráticas* quanto mais acentuadas forem e que o bombardeamento do Iraque e o consequente massacre de milhares de pessoas é um imperativo *democrático* que o «espírito do Natal» aconselha...

Quer tudo isto dizer que o Natal que conta é o que se vive pensando num futuro de justiça social, paz, solidariedade, fraternidade - futuro que só através da luta pode ser conquistado. E que a luta tem de continuar. E vai continuar.

“O Natal que conta é o que se vive pensando num futuro de justiça social”

de cuidados médicos, o Natal deste ano será igual ao que foi o Natal passado para as dezenas de milhar de seres humanos que no ano que agora finda morreram de fome e por falta de cuidados médicos.

Entretanto, e porque é Natal, presidentes e primeiros-ministros, cardeais e bispos, editorialistas e comentadores políticos, usarão e abusarão daqueles vocábulos natalícios: com vozes e textos repassados de dor-ensaiada-ao-espelho fingirão sofrer os sofrimentos da humanidade, fingirão desconhecer as causas essenciais desses sofrimentos, simularão ignorar que uma sociedade baseada na exploração do homem pelo homem é, inevitavelmente, uma sociedade injusta, violenta, brutal, desumana, enfim, chorarão as lágrimas de crocodilo a que a quadra natalícia obriga.

Efalarão da Paz, logo da Guerra. Falarão, seguramente, do Iraque. Lançarão compungidos apelos à tolerância e à procura de soluções pacíficas para os conflitos - sabendo, todos (porque todos sabem ler), que, por exemplo, «o presidente George W. Bush» está em vias de «ordenar o avanço da máquina de guerra há muito posta em marcha» contra o povo iraquiano. Isto porque, segundo o embaixador norte-americano na ONU, John Negroponte, «o Iraque

Actual Em nome da democraCIA

• José Casanova

Aqui há tempos, Bush decidiu e tornou público que os tribunais internacionais poderiam julgar e condenar cidadãos de todos os países do Mundo, excepto dos EUA. Os chefes de Estado do costume acataram a ordem, após os protestos do costume. Aliás, alguns não esboçaram, sequer, um protesto – caso de Durão Barroso que aplaudiu servilmente a ordem do Big Brother, colocando-se na triste situação de, enquanto Primeiro-Ministro de Portugal, aceitar que cidadãos portugueses sejam julgados e condenados por tribunais internacionais e negar terminantemente idêntica possibilidade para todo e qualquer cidadão norte-americano. É caso para dizer que, com amigos como este, os portugueses não precisam de inimigos.

Agora, Bush deu novo passo em frente na sua escalada de autoritário e arrogante dono do mundo: decretou

que a associação de malfeitores que dá pelo nome de CIA pode matar «terroristas» em qualquer ponto da Terra desde que não seja possível capturar os ditos e desde que os EUA considerem que essa execução reduz as «probabilidades de haver vítimas civis» por efeito da acção desses «terroristas». Bush e os seus rapazes decidem, naturalmente, sobre quem é e quem não é «terrorista» e



sobre se há ou não há «probabilidades de vítimas civis»... Quer isto dizer que o Império – berço do terrorismo internacional – tem cada vez mais as mãos livres para exercer a sua prática criminosa em qualquer parte do mundo.

À luz desta realidade, as declarações de Maria João Pires ao DNA assumem uma gritante pertinência.

Disse a notável pianista: «No século XXI estamos a equiparar-nos muito ao nazismo. A mim, pelo menos, isso aparece-me de forma sensível. A minha sensibilidade está a sentir o mundo como tendo um novo nazismo. Parece-me que Bush é um novo Hitler.»

Tal afirmação – que, sublinhe-se, pode ser subscrita por todas as pessoas cultas e informadas do Planeta – comporta riscos grandes. Riscos que podem ir desde os disparos de sucessivas rajadas de prosa verberando o «antiamericanismo» e os «antiamericanistas» (expressões muito em uso no linguajar siamês dos propagandistas do Império espalhados pelos quatro cantos do mundo) até à inclusão na lista dos «terroristas perigosos», quicá prováveis causadores de «vítimas civis»...

Entretanto, o Império não dorme: ultima os preparativos para atacar o Iraque e provocar milhares, muitos milhares, de vítimas civis. Em nome da democraCIA.

Escandaleiras e «futebóis»

• Carlos Gonçalves

Dizia o dr. Ferro Rodrigues que Portugal não pode ser «uma democracia de casos» que «enreda os políticos e as instituições numa teia de acusações», com efeitos muito negativos.

Estamos de acordo quanto ao carrossel de escândalos, mas parece-nos que é mais grave o efeito de alienação nas lutas sociais, e vem-nos desde logo à memória que, também no governo PS/Guterres, foram muitas as derivas de escandaleira para preencher o «prime time». Na altura era JCoelho o «ministro da agenda», com influência mais ou menos directa nos *media*, e assim escondiam-se fracassos e dificuldades do PS, forjavam-se manobras de diversão e relevavam-se à exaustão os seus raros «éxitos».

Hoje, entre DBarroso, PPortas e MMendes, em coincidência com a agenda do Governo, são concebidas as «caixas» de embrulho e mistificação dos escândalos realmente relevantes da política de direita, tal como são urdidos os novos paradigmas da alienação. Alguns são retirados do baú das velharias, não prestando para mais que fomentar a confusão, como o «caso Lusófona». Outros são geridos ilicitamente pelo «timing» do Governo, como a operação contra a corrupção na GNR. Outros ainda são mera diversão para cobrir o assalto ao Estado, como no

caso do SIEDM. E há até os que partem de situações sem controlo, como a denúncia da pedofilia, para criar a *overdose* que tudo cobre – a «Moderna», o pacote laboral, o assalto à segurança social, etc.

E há os «futebóis» que o Governo tenta tudo para gerir em seu proveito, como antes das eleições no jantar de DBarroso com o «mundo do desporto», e agora com o apelo insidioso à «celeridade» da Justiça.

Mas o facto é que, posto a andar o Inquérito Judicial, é difícil o controlo. Porque, como fez saber o PGR, sobram criminosos – o futebol profissional foi assaltado por flibusteiros, grandes senhores do betão, dos *media*, da especulação e do «private banking» – e estão em jogo milhões. Porque os ilícitos conhecidos – todos os crimes económicos do Código Penal e outros bem graves – vão ter a bolsos ilustres,



mas também a certos clubes, empresas e bancos, autarquias e partidos.

E se na mediatização de interesses e clubites, fica fácil esconder as políticas de direita, sobra o risco do cepo da Justiça para certos notáveis – por isso esbracejam e o Governo se preocupa. É que, se «correr mal», o dr. Ferro ainda fica sem parceria para a sua «reforma do sistema político».

Alto ou pára a bola

• Anabela Fino

Ameaça chegou pela voz de Valentim Loureiro, presidente da Liga de Clubes, que garante falar em nome de vários dirigentes nacionais: ou acabam as suspeitas que pairam sobre o futebol ou pára o campeonato e a preparação do Euro 2004.

Não cabe nestas linhas a análise das eventuais nefastas consequências para o País e para o mundo da hipotética concretização da ameaça. O que vale a pena relevar, isso sim, é o facto da própria ameaça ter sido feita e o que isso representa.

Situando a questão, lembremos as palavras do procurador-geral da República (PGR), Souto Moura, que, na segunda-feira declarou no Porto que há mais dirigentes de clubes de futebol nacionais a serem investigados para além do presidente do Vitória de Guimarães, Pimenta Machado.

Apesar de Souto Moura apenas ter dito que «há mais casos, mas são casos pontuais que, de maneira nenhuma, são a imagem do futebol

português», tudo leva a crer que o nervosismo tomou conta dos dirigentes desportivos. Na óptica da Liga, o PGR deixou «a porta aberta» à suspeição em torno do futebol, facto considerado inadmissível numa «classe» que se reputa sem sombra de pecado. Vai daí, Valentim Loureiro veio a público exigir que o PGR revele, «de uma vez por todas, quem são os clubes ou dirigentes implicados». O segredo de justiça não preocupa o presidente da Liga, que afinal parece estar de posse da informação que exige ao PGR, uma vez que Loureiro se diz disposto a desvendar quais os implicados nas investigações se os próprios lhe «derem autorização».

Posto isto e os factos, forçoso se torna concluir que não é informação que falta aos dirigentes desportivos, mas paz de espírito. Por outras pala-

bras, querem que as investigações ao crime económico e financeiro passem ao largo dos clubes, que com o futebol não se brinca. A não ser assim, como justificar o nervosismo? Quem não deve não teme, lá diz o ditado.

A ameaça da Liga configura, pois, uma forma de pressão inadmissível sobre o PGR, indigna de um Estado de Direito, a exigir imediata resposta das autoridades competentes. Uma resposta que tarda. Será que alguém está com medo dos «donos da bola»?

Já não bastava o branqueamento do caso Pimenta Machado, que sendo um suspeito em liberdade caucionada por um milhão de euros é apresentado como tendo sido apenas devolvido à liberdade após prestar esclarecimentos, estamos agora confrontados com esta ameaça da Liga. Uma vergonha.



Frases

“Fiquei surpreendido como é que estava lá alguém da Judiciária a assistir ao julgamento [do caso Moderna] e averigui.”

(Adelino Salvado, no depoimento que prestou à Comissão de Inquérito Parlamentar às demissões da PJ em 6 de Novembro, Correio da Manhã, 18.12.02)

“Nem por lapso [afirmei que havia agentes da PJ na sala de audiências do julgamento do caso Moderna].”

(Idem, ibidem)

“É evidente que não me demito, a não ser que demonstrem que eu cometi falsidades no depoimento que prestei.”

(Idem, ibidem)

“Adelino Salvado saiu fortemente fragilizado do processo todo e ficou com uma reduzidíssima margem de manobra para dirigir confortavelmente a Polícia Judiciária (...) transmitiu a ideia de ser um homem pouco seguro.”

(Eduardo Dâmaso, Público, 19.12.02)

“[A ministra da Justiça] Celeste Cardona teve um papel pouco convincente em todo este processo, deixando-se embrulhar numa polémica de que sai ferida pela suspeita de, desde o princípio, não ter querido a continuidade de Maria José Morgado na PJ por razões que podem estar muito para lá de um mero choque de personalidades.”

(Idem, ibidem)

“Há dias, num editorial do “Expresso”, José António Saraiva (...) dizia que “o empresário gordo que fuma charuto enquanto espera que os lucros lhe caiam do céu não existe nem nunca existiu: é uma ficção.”

(Nuno Pacheco, idem)

“O patrão gordo e de charuto não é uma personagem, é um estado de espírito. Que pode existir na cabeça de gente magra, abstémia e inimiga do tabaco. Por isso, é inútil contestar as caricaturas.”

(Idem, ibidem)

“Ontem, soube-se que a filial alemã de uma lucrativa multinacional, conhecida pelas suas farinhas para bebés, exigiu à Etiópia, país miserável e com 11 milhões de pessoas em risco de morrer à fome; seis milhões de dólares de indemnização por nacionalizações de há 30 anos (...) Este é um dos casos em que não apetece sequer imaginar uma caricatura.”

(Idem, ibidem)

“O dr. Sampaio irritou-se. Normalmente, comove-se – mas, desta vez, irritou-se. Caiu-lhe mal que o dr. Carvalhas o tivesse comparado a Pôncio Pilatos, o homem que condenou Cristo à morte. Não gostou da comparação. Disse até, em tom de ameaça, que registou. Para não ser esquecido. Livra!...”

(José Henrique Soares, A Capital, 19.12.02)

“Se, por hipótese absurda, Pôncio Pilatos, experimentado político e governante da velha escola romana, viesse a este mundo, que pensaria desta irritação? Não ficaria, ele próprio, susceptilizado? E não acharia que o dr. Sampaio talvez fizesse melhor em se irritar com as próprias leis que promulgou, sem o mais leve piscar de olhos?”

(Idem, ibidem)

“Disse o Presidente da República que não vê inconstitucionalidade na instauração das portagens na CREL (...) Permito-me discordar (...) Foram anunciadas como um instrumento de receita do Estado (...) não se trata, pois, de um acto de concessão de uma auto-estrada, mas de uma forma de cobrança do Estado (...) É taxa (...) Requer autorização legislativa do Parlamento. Se não, é inconstitucional. Pelo menos nos princípios.”

(Óscar Mascarenhas, Diário de Notícias, 18.12.02)

“E o Presidente da República faz cumprir a Constituição pelos princípios – não a deixa refém de sofismas e expedientes.”

(Idem, ibidem)

Baixo nível de vida, desemprego e salários em atraso

O Natal dos simples

Para os trabalhadores, este Natal será inesquecível, e pelas piores razões. Baixo nível de vida, desemprego e salários em atraso serão as únicas prendas que muitos receberão. E a luta é a única resposta.

Para muitos trabalhadores, este será um Natal difícil. As tradicionais prendas serão amargas. À medida que se aproxima o final do ano e se fazem os inevitáveis balanços, verifica-se que o desemprego aumentou em 2002. Só em Outubro, foram mais de 14 mil

novos desempregados a inscrever-se nos centros de emprego, quase 500 por dia. O que fez ascender a mais de 365 mil o número de desempregados inscritos. Em Novembro, as inscrições nos centros de emprego subiram 3,9 por cento relativamente ao mês anterior e 16 por cento face ao mesmo período do ano passado. Para 2003, não se prevêem grandes melhorias, pelo menos a julgar pelo aumento, inscrito no orçamento da Segurança Social, da verba destinada ao pagamento de subsídios de desemprego.

**O desemprego
cresceu em 2002
e ameaça crescer
ainda mais
no próximo ano**

No mês de Dezembro, são vários os casos conhecidos de empresas a pretender despedir trabalhadores. O caso mais grave, pelo número de trabalhadores envolvidos, é o do *Hotel Estoril Sol*, cuja demolição foi já aprovada pela maioria de direita da Câmara e Assembleia municipais de Cascais. 250 trabalhadores ficarão sem trabalho.

No jornal *O Jogo*, do grupo *Jornalinveste - Comunicação SA*, encontram-se suspensos sete trabalhadores, por recusarem a rescisão por «mútuo acordo». Na *Nove de Julho - Artes Gráficas*, dezoito trabalhadores foram despedidos em virtude da situação insustentável após vários meses de salários em atraso. Neste momento, aos trabalhadores é devida a quantia de 225 mil euros, entre salários atrasados e indemnizações.

Na *Fertagus*, os vinte maquinistas que desde 8 de

Setembro se encontravam em greve parcial receberam carta de despedimento. A decisão da empresa foi, entretanto, contestada pela Inspeção-Geral do Trabalho, mas o irrisório valor da multa - 600 euros - a que a *Fertagus* poderá ser obrigada a pagar não a deverá demover da ilegal decisão. À beira do desemprego estão também os trabalhadores da *Luis Cambalacho*, que trabalha exclusivamente para a multinacional *Yazaki Saltano*. Apesar do encerramento da empresa estar anunciado para 7 de Janeiro, os trabalhadores encontram-se em vigília junto à fábrica para evitar a retirada de máquinas e materiais, já tentada pela multinacional japonesa. Os trabalhadores da *Vestus* e da *Melka* de Palmela continuam à espera dos créditos a que têm direito.

Outra das prendas que o patronato oferece aos trabalhadores portugueses são os salários em atraso. Nas empresas *Amal*, *Rari* e *Metalurgia Central de Alhos Vedros*, do concelho da Moita, e na *Amal, Simi* e *Metalgrupo*, do concelho de Sines, continuam sem ser pagos os subsídios de Natal a mais de um milhar de trabalhadores precários. Também



os 220 trabalhadores da *Valfrio* terão de esperar para depois das festas para receberem aquilo a que têm direito, indemnizações e salários.

Crise para alguns

A proposta de revisão dos novos valores do salário mínimo, apresentada no início do mês pelo Governo, apenas contribuirá para piorar a situação dos trabalhadores e das outras camadas mais débeis da população. Esta proposta representa uma quebra do poder de compra do salário mínimo - aumento nominal de 2,4 por cento

quando se espera uma inflação de 2,9 por cento -, o que já não acontece desde 1994. O mesmo acontecerá com as pensões mais baixas, que verão também desvalorizado o seu poder de compra face à inflação.

Estas medidas agravarão as já precárias condições de vida dos trabalhadores, que já este ano, fruto das políticas do Governo - aumento do IVA, fim do crédito bonificado, contenção salarial -, foram levados a diminuir o seu consumo. O suplemento de economia do *Diário de Notícias* refere que as vendas voltaram aos níveis de 1993/94. Nem mesmo o pe-

ríodo de Natal e as promoções parecem alterar o rumo da situação.

A quebra do consumo provocada pelo baixo - e cada vez mais degradado - nível de vida dos trabalhadores e de outras camadas da população atinge áreas como a aquisição de automóveis e a compra de habitação, que atingem níveis de há dez anos.

Mas a crise não afecta todos. No suplemento de economia do *DN* de 16 de Dezembro, há uma notícia reveladora, com um título sugestivo: «condomínios de luxo resistem à crise imobiliária». Palavras para quê? É o capitalismo português...

2003 de luta



O combate contra o pacote laboral e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores vai continuar. A promessa foi deixada pela CGTP após a reunião do Conselho Nacional, realizada na passada quinta-feira, dia 19. Marcado ficou já para dia 15 de Janeiro um encontro nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais, que terá como um dos temas de discussão a convocação de novas acções de luta.

A CGTP considera que a luta será prolongada e dura mas que os trabalhadores terão de actuar de forma determinada para impedir a concretização de medidas violentas e injustas. As próximas semanas servirão para criar uma dinâmica e mobilização de forma a que seja possível a realização de acções de maior envergadura depois do encontro de dia 15, que será antecedido - no mesmo dia, mas de manhã - por um encontro nacional de sindicatos da CGTP. O Conselho Nacional afirmou também a manutenção da disponibilidade da central para a convergência com todos os trabalhadores e para o alargamento da unidade na acção.

Sobre o êxito da greve geral, que o órgão dirigente da Intersindical confirmou, a CGTP espera que os partidos representados na Assembleia da República tenham em conta a dimensão do protesto, e o seu significado, e não aprovem o pacote laboral.

Rectificação

Por lapso, referimos na última edição do *Avante!* que a adesão à greve geral na Sanofi, do ramo farmacêutico, havia sido de 90 por cento. A empresa que paralisou devido à adesão de 90 por cento dos seus trabalhadores foi a **Sonafi**, do sector metalúrgico.

CREL Utentes protestam

A grande adesão e o apoio generalizado dos automobilistas à marcha de protesto contra as portagens na CREL, promovida na quinta-feira pela Comissão de Utentes do IC 19 e a recém-criada Comissão de Utentes da CREL, evidenciam «um claro e inequívoco repúdio ao pagamento de portagens e uma clara manifestação de condenação deste Governo», diz a Comissão Concelhia de Sintra do PCP.

A Concelhia do PCP contesta, ainda, e responsabiliza o Governo pela mobilização de centenas de agentes da GNR que, em grande aparato, policiaram todo o percurso do protesto, procurando intimidar os manifestantes e prejudicar a acção. Em sua opinião, os utentes, ao contrário, manifestaram grande «serenidade e firmeza» no combate a uma medida que lesa, sobretudo, os trabalhadores que, com este «assalto» do Governo, veriam os seus salários mais reduzidos. Um Governo «cego e cínico», conclui o PCP.

Amadora Câmara quer despedir

O presidente da Câmara Municipal da Amadora, Joaquim Raposo, e a maioria do PS que o sustenta estão a desenvolver a nível local a mesma política do PSD/PP no Governo. A acusação é feita pela Comissão Concelhia da Amadora do PCP, para quem a pretensão manifestada por aquele autarca de despedir todos os trabalhadores da Sociedade Recreios da Amadora, confirma a «má-fé» e os objectivos do PS para os Recreios da Amadora.

De facto, em Outubro de 2000, a maioria socialista, apoiada pelo PSD, decidiu extinguir a Sociedade dos Recreios, substituindo-a por uma empresa municipal. Esta medida - como então denunciou o PCP - visava «esconder a gestão desastrosa» do PS que, sem qualquer controlo democrático da Câmara ou Assembleia Municipal, ali enterrou 313 mil contos. Entretanto, no decurso da discussão, o presidente Joaquim Raposo assegurou que os trabalhadores transitariam para a nova sociedade sem perda de direitos ou regalias. Agora, faltando aos compromissos assumidos, extingue a empresa e despede os trabalhadores. Mais, ao afirmar que as funções dos Recreios passam a ser assumidas pelo Departamento de Educação e Cultura (DEC), o presidente está a «desrespeitar uma decisão da Câmara e da Assembleia Municipal», no sentido da criação de uma empresa municipal.

Solidário com os trabalhadores dos Recreios da Amadora, o PCP declara, assim, que prosseguirá o trabalho para que a Amadora «volte a ter uma política cultural que contribua decididamente para a melhoria da qualidade de vida na Cidade».

Cadaval Vitória da população

A decisão do ministro do Ambiente de suspender o funcionamento do Aterro Sanitário do Oeste (ASO) revela que as questões há muito suscitadas pela população e movimento cívico «tinham razão de ser», diz a Comissão Concelhia do Cadaval do PCP.

De facto, para além dos «erros de concepção do projecto, errada localização e falta de rigor na quantidade de resíduos a serem tratados», o próprio funcionamento do ASO permite concluir estar-se perante uma verdadeira «Mega Lixeira Internacional», «inaceitável» no século XXI. A decisão agora tomada é, assim, um resultado das lutas das populações, que «cedo se consciencializaram das debilidades de construção do ASO e da incapacidade da administração da Resioeste para o conduzir».

A Concelhia do PCP saúda, pois, a população pela «forma cívica, empenhada e persistente» como lutou por um «direito que lhe assiste a um ambiente sadio» e, fazendo votos para que a decisão agora tomada venha a ter consequências práticas a curto prazo, defende o apuramento de todas as responsabilidades na actual situação do ASO.

Por fim, o PCP lembra que a luta do PCP e dos autarcas da CDU contra os erros de concepção, de gestão e de funcionamento daquela infra-estrutura que, de acordo com a denúncia feita, em Julho, pelo deputado, do PCP, Bernardino Soares, na Assembleia da República, «põe em risco a qualidade dos habitantes do concelho do Cadaval».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Horácio Mendes Janeiro

Faleceu, no passado dia 6 de Dezembro, vítima de doença, o camarada Horácio Mendes Janeiro, de 56 anos de idade. Era militante da Organização da Freguesia de Queluz.

José António Caetano Carvalho

Faleceu recentemente o camarada José António Caetano Carvalho (Zé de Alcanhões), trabalhador da ex-Mague. Membro do Partido desde 1974, estava organizado na Freguesia de Alverca.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do *Avante!* manifesta sentidas condolências.

5.ª Assembleia de Bragança aprova Plano de Acção para o reforço do Partido no concelho

Vencer dificuldades

Sob o lema «Bragança pela esquerda num partido com futuro», realizou-se no passado dia 15 de Dezembro, na Escola Augusto Moreno, em Bragança, a 5.ª Assembleia Concelhia de Bragança do PCP.

A Assembleia, que tinha como objectivo fazer o balanço da actividade, definir prioridades de trabalho e aprovar linhas de orientação para o reforço da organização do Partido no concelho de Bragança, teve a participação de

A desertificação acentua-se cada vez mais no concelho de Bragança

grandes dificuldades, não existe indústria e o comércio atravessa grave crise.

Na região, que carece, ainda, de infra-estruturas básicas necessárias ao seu desenvolvimento, o poder local não passa de mera cor-
reia de transmissão do poder central, caracterizando-se o PS - com dois vereadores na Câmara Municipal e uma numerosa bancada na Assembleia

Municipal -, pela total inércia.

Toda esta situação leva a que a esmagadora maioria dos jovens seja obrigado a procurar trabalho fora ou a emigrar, encontrando-se a totalidade das aldeias quase desertas. A própria cidade, que já concentra mais de 50% da população, sofre de desertificação acentuada, disfarçada pela população escolar flutuante.

O documento presente à Assembleia debruça-se, depois, sobre as medidas para o reforço do Partido e da sua intervenção junto dos trabalhadores, tratando, ainda, questões como a luta de massas, a luta de ideias, ambiente e qualidade de vida, políti-

ca cultural, movimento associativo, juventude, apontando propostas para promover o desenvolvimento do concelho e ultrapassar as dificuldades detectadas.

Já quase no final dos trabalhos, encerrados por Albano Nunes, membro do Secretariado do Comité Central - que abordou a situação política nacional e internacional -, a 5.ª Assembleia elegeu a nova Comissão Concelhia, composta por 20 membros, 3 dos quais são mulheres.

À reunião magna dos comunistas de Bragança seguiu-se um convívio/lanche/magusto, onde a castanha, o foliar, as filhoses, os enchidos, o bom pão e o bom vinho tiveram lugar de destaque.



A 5.ª Assembleia defendeu propostas para o desenvolvimento do concelho

Serviço público de televisão Privatização espreita

Em declaração à comunicação social, o PCP chama a atenção para as orientações anunciadas pelo Governo para o sector audiovisual, que devem merecer «as maiores preocupações» e a «mais viva oposição».

O alerta foi feito, na quarta-feira, por Vítor Dias, membro da Comissão Política do PCP, para quem as orientações do Governo relativamente à RTP confirmam a sua insistência «numa política que visa deliberadamente o definhamento e desarticulação do serviço público de televisão».

Sem prejuízo de uma posterior e mais desenvolvida apreciação, o dirigente comu-

nista considera como «verdadeiramente emblemática dos objectivos do Governo e dos interesses privados de que é serventário a decisão de reduzir a publicidade na RTP/1, amputando a empresa de serviço público de significativas receitas próprias». Medida cujo único móbil é «o de promover, por imposição administrativa, a transferência dessas receitas para as estações privadas.»

Na opinião do PCP, «nenhuma outra razão justifica uma tal decisão» que, aliás, «é espectacularmente contraditória em relação à necessidade de contenção das despesas do Estado que o

Governo constantemente proclama». Mas - prossegue -, se eventualmente fossem alcançadas «as miríficas reduções de custos que o Governo propagandeia», continuaria a constituir «um absurdo» que uma empresa «com um tão asfíxiante passivo seja espoliada de receitas legítimas oriundas dos espaços publicitários de que dispõe e dos serviços que, nesse domínio, presta.»

Particularmente «inquietações» são também as orientações definidas pelo Governo, no quanto à RTP/2. Os comunistas temem que a «nebulosa «abertura à sociedade civil» e a saída do 2.º canal

da propriedade da empresa de serviço público «seja apenas uma etapa intermédia a caminho da sua liquidação ou da sua privatização.»

Acresce ainda - diz finalmente o PCP - que o modelo anunciado para o 2.º canal «impediria qualquer coerência interna de programação desse canal, dificultaria a sua necessária articulação e complementaridade com o 1.º canal e comprometeria a realização, produção e divulgação de programas correspondentes a muitas áreas que, com relativo consenso, normalmente se incluem entre as finalidades do serviço público de televisão.»

Moita implementa trabalho

«Caraterização Social dos Quadros Técnicos e Intelectuais em Portugal», «Economia e Política» ou «Ambiente e Recursos» poderão ser os primeiros temas a abordar em termos públicos pela Comissão Concelhia da Moita do PCP, no quadro da implementação da frente de trabalho dos Quadros Técnicos e Intelectuais a que se propôs a 6.ª Assembleia da Organização Concelhia. Esta

orientação resulta de uma primeira abordagem de um grupo de trabalho que recensou, ainda, questões como Comunicação e Informação, Educação e Cultura, Exclução Social, Regionalização ou Saúde, mas tendo presente, segundo o texto divulgado, que a criação em tempo oportuno de «uma estrutura organizativa, de modo alargado mas sustentado», não pode nem deve desviar a

atenção dos membros do Partido, quadros técnicos e intelectuais da luta em torno das suas reivindicações sociolaborais e muito menos retirá-los dos organismos partidários onde se encontram inseridos.

A iniciativa parte do «reconhecimento de que as profundas mutações sociais em que vivemos não implicam, por um lado, que o Partido abandone referências

que lhe são inerentes como Partido de classe e, por outro, que deixe de poder e dever contar com o contributo de muitas dezenas de militantes que, em função da sua formação ou estatuto e posicionamento na sociedade, no mundo do trabalho ou nas instituições e associações, representam um enorme potencial de contribuição para o reforço do prestígio e influência do PCP».

ARGANIL Salários devem ser pagos

A Comissão Concelhia de Arganil do PCP exige às entidades da região uma tomada de posição que salvaguarde o pagamento dos salários em atraso das cerca de 35 trabalhadoras da empresa Vasconcelos e Matias, bem como os seus postos de trabalho.

Esta empresa foi apoiada financeiramente pelo Centro de Emprego e, com pouco mais de um ano de existência, prepara-se para abrir falência por alegada má gestão. «A atribuição de subsídios às empresas terá de ter na sua base garantias de manutenção dos postos de trabalho. Quem não cumprir deve ser severamente punido», defende o PCP, numa nota de imprensa.

«Sendo certo que é de interesse vital para o desenvolvimento do concelho a fixação de empresas, também é certo que não pode haver apoios a qualquer preço e muito menos sem garantias do cumprimento escrupuloso das obrigações com os trabalhadores, as vítimas de sempre em processos pouco claros», refere a comissão concelhia. A empresa deve às funcionárias três meses de salários e os subsídios de férias e de Natal. Na semana passada, algumas máquinas foram retiradas da fábrica. As trabalhadoras iniciaram de imediato uma vigília à porta das instalações para impedir a saída de mais maquinaria antes de serem tomadas medidas cautelares que garantam o pagamento dos salários.

LISBOA Declarações ridículas

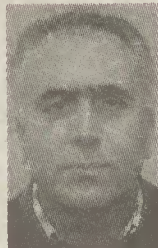
O Sector dos Transportes da Organização Regional de Lisboa do PCP vem a público saudar todos os trabalhadores que participaram na greve geral e afirma que a adesão a este protesto é «a melhor resposta que o Governo recebeu às suas tentativas de intimidação, pressões e ilegalidade para a execução dos serviços mínimos». «Tais tentativas são prova do desdém de quem privatizou a Rodoviária Nacional, o que levou à redução da oferta nalguns casos drástica. São a prova do cinismo de quem não garante qualquer tipo de transporte colectivo a milhares de portugueses que vivem em tantas aldeias deste país, votando-os ao isolamento», sublinham os comunistas. Num comunicado, o sector garante que dizer que a greve no sector impediu os trabalhadores de irem para os empregos «é no mínimo ridículo». Por exemplo, na área Norte da Área Metropolitana de Lisboa os transportes públicos apenas garantem 25 por cento das viagens motorizadas. «Num acto de desespero foram ao ponto de contratar táxis para simularem serviços alternativos», recordam os comunistas.

PORTIMÃO Prevenir a poluição marítima

Preocupados com a poluição marítima, os eleitos do PCP na Assembleia Municipal de Portimão propuseram a este órgão autárquico que exija ao Governo medidas preventivas, de forma a disponibilizar «meios práticos e eficazes» de combate à poluição para que esta tenha um impacto mínimo na vida do município e da região. «As costas do Algarve estão expostas anualmente à passagem de centenas de navios petroleiros e à lavagem dos respectivos tanques, com especial incidência junto ao cabo de São Vicente», recordam os eleitos comunistas.

Prevenir os fogos, agora!

Todos os anos, no Verão, quando a intensidade das chamas percorre o País, destrói o nosso rico património florestal, atravessa povoações e alarma os portugueses, os governos desdobram-se em declarações, os ministros sobrevoam as zonas afastadas com as câmaras de televisão por companhia, afirma-se a necessidade de políticas de prevenção. A seguir, o silêncio volta a cair.



**Armindo
Miranda**
Membro
da Comissão
Política

Foi assim também este ano. O Governo anunciou para Setembro a apresentação de um pacote de medidas para fazer face a um novo Verão quente. Com a ideia, correcta, mil vezes repetida, de que os fogos previnem-se no Inverno. Mas... Setembro já lá vai e nenhuma medida foi anunciada pelo Governo.

Ora, a verdade é que é crescente a inquietação com a dimensão que os fogos florestais atingem no nosso país: de 1980 a 2000 arderam mais de 2 milhões de hectares de floresta, em 2001 arderam 106.592 hectares e em 2002 117.294. Portugal é o país do Sul da Europa com maior área ardida em relação à respectiva superfície florestal. As consequen-

empresas, com mais de 164 mil postos de trabalho e tem um peso importante no PIB. O Governo, porém, nada fez até agora e provavelmente nada fará. Daqui a uns meses repetirá a velha cassete, quando os portugueses começarem de novo ver o filme anual dos incêndios em Portugal.

Há propostas

Mas o PCP fez. Aparentemente fora de época, contra a corrente, mas de uma forma séria, dando a conhecer de novo as suas preocupações e apresentando propostas.

Em Novembro, com a participação do seu secretário-geral, técnicos, representantes dos baldios e população em geral, realizou na Lousã um colóquio sobre «Floresta, desenvolvimento da serra e fogos florestais». Eis o que foi dito nesta iniciativa:

- após os incêndios, não se fez uma reflorestação que impeça a rápida erosão dos solos e, ao mesmo tempo, estructure o espaço florestal, acautelando futuras catástrofes;

- a Lei de Bases da Política Florestal continua por regulamentar, estando também por elaborar e aprovar os planos regionais de ordenamento florestal;

- a desmotivação económica dos proprietários das zonas ardidas e da floresta é grande devido às exigências de muita burocracia na apresentação de projectos e aos atrasos crónicos do Estado nos apoios ao investimento. A dificuldade em comer-

cializar os salvados dos incêndios é também grande;

- as casas dos guardas florestais estão completamente degradadas e sem condições, o que leva ao seu afastamento da serra;

- dez anos após a sua publicação, a nova Lei dos Baldios continua por regulamentar e o plano de utilização do baldio ainda não existe;

- devido aos incêndios, na região centro (segundo o plano energético da região centro - 1993), a área do pinheiro bravo passou de 66,9% (1974) para 48,2% (1990);

- o centro de Biomassa para a Energia, instalado há oito anos no concelho de Miranda do Corvo, continua subaproveitado, ainda que pudesse (e devesse) desenvolver um programa de aproveitamento dos resíduos florestais, facilitando a limpeza das matas;

- algumas das aldeias abandonadas da serra deviam ser aproveitadas para iniciativas de sensibilização (aldeia pedagógica);

- na maior parte dos casos, no dia a seguir aos incêndios, logo aparece quem, aproveitando o estado de choque e incerteza das populações em relação ao futuro, negocie as madeiras, daí retirando chorudos lucros.

E não ficou por aqui. Na Assembleia da República, os deputados do PCP apresentaram um projecto de lei sobre «Programa de arborização para áreas percorridas por incêndios florestais» e um projecto de resolução sobre «Melhorar as políticas de prevenção e combate aos fogos florestais», onde se apresentam diversas propostas.

Estas iniciativas, de actualização de informação, de debate e proposta do PCP representam um contributo sério e muito importante para dar resposta ao flagelo dos fogos florestais. Se a preocupação manifestada pelo Governo é verdadeira, então, na ausência de medidas e propostas próprias, pode começar por aprovar, e se possível rapidamente, as que foram apresentadas pelo Partido Comunista Português. A floresta, as populações e o País agradecem.

///A floresta portuguesa assegura a existência de mais de 7 mil empresas///

cias de ordem económica, social e ambiental que os incêndios florestais têm provocado, os processos de desertificação humana e de abandono de áreas rurais a que dão origem ou que aceleram - e que políticas seguidas têm ajudado a promover -, exigem um quadro integrado de medidas de prevenção e de combate aos fogos florestais que assegure a necessária re-arborização das áreas queimadas, no respeito pelas orientações estratégicas do plano de desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa.

A floresta portuguesa contribui para a existência de mais de sete mil



Gestores hospitalares ganham 8339 euros

Todos os novos gestores dos 31 hospitais empresas, nomeados na passada semana pelo ministro da Saúde, vão ter um ordenado superior ao do próprio governante e aos seus anteriores directores das unidades de saúde, agora afastados, noticiou o Correio da Manhã.

A comparação é simples: o ministro da Saúde recebe ao fim do mês um vencimento bruto de 4483 euros, mais 40 por cento deste valor para as despesas de representação, isto é 6278. Os 31 novos gestores têm um ordenado bruto mensal que varia entre os 6416 e os 5021 euros, acrescidos de mais 30 por cento destes valores para despesas de representação. Ou seja, ganham no mínimo 6527 euros e outros atingem os 8339 euros por mês. Segundo fonte oficial do Ministério da Saúde, o aumento dos ordenados dos presidentes dos conselhos de administração resulta da transformação dos hospitais em sociedades anónimas de capitais públicos.

CDU viabiliza orçamento do Porto

A CDU viabilizou o Orçamento da Câmara Municipal do Porto, mas admite entregar o pelouro a seu cargo (Ambiente e Salubridade) se não forem garantidas as condições técnicas e financeiras indispensáveis ao seu funcionamento.

O vereador Rui Sá, eleito pelo PCP, qualificou o documento de «mau, embora apresente factores positivos relativamente aos anteriores, nomeadamente o aumento do saldo corrente», informou, na passada semana, a Lusa.

Como factor negativo, a CDU sublinha o excessivo endividamento bancário. «Em 2003, a Câmara do Porto vai pagar dois milhões de contos de serviço da dívida e mesmo assim esta vai subir de 29 para 31 milhões de contos», exemplificou Rui Sá.

«A agravar esta situação, uma parte significativa do orçamento municipal para 2003 destina-se às acessibilidades para o Euro 2004», acrescentou o vereador da CDU.

Rui Sá considerou que embora isto represente um investimento na construção da cidade, «é uma opção questionável do ponto de vista das prioridades, face às carências do Porto em termos habitacionais e sociais».

Cais Fluvial inaugurado no Seixalinho

O novo terminal rodofluvial do Montijo foi inaugurado, na passada semana, com treze meses de atraso e a contestação cívica e dos grupos políticos da oposição à transferência do cais dos Vapores para o Seixalinho.

O terminal dispõe de um edifício de embarque, com um restaurante, bar e uma zona comercial, para além do estacionamento para 1400 viaturas, cinco paragens de autocarro e uma praça de táxis.

A construção do novo terminal foi contestada pelo PCP e restante oposição, e por um grupo de cidadãos que criticava a degradação do serviço de transporte público. Alegam, agora, o facto de o novo terminal não responder aos interesses da população, já que o interface se localiza a quilómetros do centro do Montijo, ao contrário do cais dos Vapores, o que fez aumentar o preço dos TST (Transportes Sul do Tejo).

Críticas à autarquia de Évora

A Câmara Municipal de Évora aprovou, na passada semana, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento de 2003, no valor de 61,7 milhões de euros.

A CDU votou contra a GOP alegando a «enorme falta de transparência» das opções frisando que as políticas da autarquia eram imperceptíveis, designadamente aos níveis educativo, cultural e social. Jorge Pinto, líder da oposição comunista, criticou ainda as mudanças de localização de diversos projectos, como o parque de feiras e a biblioteca pública, sem que estejam ainda definidos os futuros locais.

Seguro automóvel sobe em 2003

O seguro obrigatório automóvel vai sofrer, a partir de Janeiro, um agravamento entre 10 a 12 por cento, três vezes mais do que a inflação prevista, de acordo com estimativas de vários operadores do sector.

Para além do previsível ajustamento de tarifas, o primeiro mês de 2003 será ainda marcado pela redução do valor da responsabilidade civil automóvel ilimitada.

CDU acusa Câmara de Oliveira do Hospital

A oposição na Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, de maioria social-democrata, votou contra o Plano de Actividades e Orçamento para 2003, tecendo fortes críticas aos documentos. Os documentos são considerados pela CDU como tendentes a uma «centralização asfixiante» e «pouco democrática do poder». Para a CDU de Oliveira do Hospital, a autarquia «aprovou o Plano de Orçamento para 2003 sem ouvir todas as partes, logo não está a cumprir a lei do estatuto do direito da oposição». Em comunicado, distribuído na passada semana, a CDU acusa a autarquia de não ter reunido em tempo útil com as Juntas de Freguesia «para com elas actualizar o levantamento das necessidades das freguesias e dos concelhos».

A construção de um nó de acesso à A2 na baixa de Corroios e a conclusão da variante à EN-10 são as acessibilidades reclamadas

Utentes protestam por melhores acessos e transportes

Os utentes dos transportes da Margem Sul do Tejo vão sair à rua, em marcha lenta, sexta-feira, para, simbolicamente, exigir melhores acessos e transportes públicos.

Os manifestantes seguirão em caravana automóvel por vias habitualmente com muito trânsito, como a EN-10 e a A2, passando por Corroios, Paivas, Fogueteiro (Seixal) e rotunda Centro/Sul, Almada e Cacilhas, assegurou fonte da comissão organizadora do protesto.

A construção de um nó de acesso à A2 na baixa de Corroios e a conclusão da variante à EN-10 são as principais acessibilidades reclamadas, segundo Manuel José Soares, do Núcleo do Seixal da Comissão de Utentes dos Transportes da Margem Sul.

A comissão entende que uma via de entrada/saída na A2, em forma de trevo, em Corroios, entre o parque industrial e a pista de atletismo Carla Sacramento, é essencial para facilitar o acesso à auto-estrada por parte da população, que tem

apenas como única opção os congestionados nó do Fogueteiro e a rotunda do Centro/Sul, em Almada.

A conclusão da variante à EN-10, entre Corroios e Amora, é também defendida enquanto alternativa viária à saturada estrada nacional. Tanto mais que, segundo Manuel Soares, o trânsito nesta estrada se agravará com

a construção do metro de superfície.

«O Conselho Superior das Obras Públicas entende que a obra do Metro do Sul do Tejo devia apenas começar quando estivesse concluída a Estrada Regional 10 (variante à EN-10)», referiu.

«Só que a obra, que tem parte do seu traçado encostado à EN-10, quando não dentro dela, vai começar sem a Estrada Regional estar concluída», sustentou.

A comissão de utentes reivindica igualmente transportes públicos de qualidade. «Só

com uma cooperação de transportes em termos de horários e circuitos é que poderá haver interesse das pessoas em utilizar transportes públicos», frisou

Manuel José Soares.

Os utentes criticam ainda a falta de corredores BUS e o elevado preço dos bilhetes do comboio da Fertagus, comparado com o tarifário da CP.



A Área Metropolitana de Lisboa tem grandes carências ao nível das acessibilidades/mobilidade

«Marcha do Caracol» contra portagens na CREL

A Comissão de Utentes do IC19 contestou, na passada quinta-feira, a decisão do Governo em introduzir portagens na CREL, através de uma acção denominada «Marcha do Caracol». Mais de cem carros participaram no protesto, que começou em Queluz e terminou em Alverca.

«A manifestação correu como o previsto, mas houve um elemento inovador pela negativa que foi a forte presença policial quer à civil quer à paisana», declarou à Lusa a porta-voz da comissão, Adelina Machado.

«Tivemos o cuidado de explicar que não éramos arruaceiros, mas houve uma altura em que, entre vários troços, estavam em um lado e de outro», acrescentou a utente.

A Comissão de Utentes «opõe-se frontalmente ao

pagamento de portagens na CREL e não vai baixar os braços», afirmou a porta-voz, considerando esta decisão «altamente penalizante para quem trabalha na área da Grande Lisboa», já que as portagens vão acabar por entupir ainda mais as ligações entre Sintra e Lisboa.

«A Área Metropolitana de Lisboa tem grandes carências ao nível das acessibilidades/mobilidade, devido ao facto de ao longo dos anos não se ter efectuado investimentos estratégicos e concertados na área das infra-estruturas rodoviárias e de transportes públicos», sustenta a comissão.

Para os utentes, o Governo pretende «tapar o buraco do défice à custa de quem trabalha e não se insere numa política de acessibilidades».

Quem paga é o «zé povinho»

Até 2032, o Estado vai arrecadar 750,42 milhões de euros com a reposição das portagens na CREL. As conclusões fazem parte de um estudo financeiro citado pela Lusa.

As verbas contabilizadas no estudo referem-se à arrecadação de receitas pela concessão e por impostos, e, também, à redução da despesa pela passagem de responsabilidades do Estado para a Brisa - Auto-Estradas de Portugal.

A Brisa pagou 288,42 milhões de euros ao Estado para voltar a cobrar portagens na CREL. O Estado arrecadará, também, cerca de 154 milhões de euros de IVA até 2032. Este imposto

está incluído no valor a pagar nas portagens e representa cerca de 4,8 milhões de euros anuais que entram nos cofres do Estado.

Actualmente, utilizam a A9, em média, cerca de 40 mil veículos por dia, calculando-se que a introdução de portagens faça este número cair em cerca de 25 por cento. O Estado vai ainda amearhar com este negócio a taxa de Imposto sobre o IRC a pagar pela Brisa a partir de 2007, o que totalizará cerca de 240 milhões de euros no final da concessão.

Segundo o Governo, quem não quiser pagar a portagem na CREL pode optar pelo IC19, pelos IC30 e IC16, cuja conclusão está prevista para 2006 e a CRIL, que deverá estar concluída em 2005.

«Verdes» contra privatização da água

O Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) lançou uma campanha contra a privatização do abastecimento público de água, anunciou, no Porto, a deputada Heloísa Apolónia.

O lançamento da campanha foi analisado, na passada semana, numa reunião da Comissão Executiva Nacional do PEV e visa alertar a população para os perigos da concretização da «anunciada intenção do Governo de privatizar a água».

Heloísa Apolónia salientou, no encontro que, a exemplo do que aconteceu noutros países que adoptaram a mesma medida, a privatização vai provocar a redução do sistema de controlo e consequente diminuição da qualidade da água.

Na opinião da dirigente do PEV, a lógica empresarial privada irá beneficiar quem gasta muita água e prejudicar quem gasta pouco, o que «vai radicalmente contra a neces-

sária preservação da água como elemento cada vez mais escasso». «Os portugueses devem dizer não à privatização da água», frisou.

A Comissão Executiva de «Os Verdes» manifestou-se também «bastante preocupada» com o aumento das emissões de gases com efeito de estufa em Portugal. Segundo um estudo da Universidade Nova de Lisboa citado por Heloísa Apolónia, Portugal comprometeu-se a aumentar as

emissões em 27 por cento «no máximo», mas desde 1990 já aumentou 30 por cento e corre o risco de ultrapassar os 40 por cento, caso nada seja feito para contrariar essa tendência.

Durante a reunião, os dirigentes do PEV lamentaram que o Ministério do Ambiente remeta uma «solução» do problema para o «comércio das emissões» entre países, antecipado de 2008 para 2005, em vez de procurar cumprir os compromissos que assumiu.

Políticas erradas agravam os problemas do País e dos portugueses

Inverter a marcha do desastre

Acentua-se a degradação da economia e das condições de vida dos portugueses. O pior, porém, ainda poderá estar para vir, adverte o PCP, que atribuiu por inteiro as culpas pela situação presente e futura ao Governo e às suas erradas políticas e opções.

Um retrato completo do quadro em que está o País foi levado há dias ao Parlamento. Coube ao deputado Lino de Carvalho, em nome da bancada comunista, traçá-lo em declaração política em que ficou patente a existência de fundadas razões para encerrar com preocupação o rumo seguido pelo Governo. O deputado do PCP admitiu mesmo estar-se perante um cenário de «desastre» em relação ao qual há o risco de vir a ser ainda maior se a actual marcha não for interrompida. Caminho este que, no entanto, observou, pode ser travado e; por isso, a mensagem de confiança por si deixada de que «sê-lo-á» seguramente com o «movimento social de descontentamento e protesto» em paralelo com a «necessária convergência» das forças que no Parlamento «se opõem à derrapagem do País».

Em favor dos poderosos

Derrapagem cujas razões Lino de Carvalho escalpelizou com detalhe começando por demonstrar como a política do Governo de subordinação cega à questão do cumprimento do défice de 2,8 por cento está exactamente nas antípodas daqueles que o País carece.

Há um forte movimento social de descontentamento e protesto

É o caso do corte no investimento público – quando se exigia o contrário para redynamizar a economia –, ou do agravamento dos impostos para os sectores mais fragilizados e de «medidas desgarradas de perdão fiscal, por contraponto ao «alívio escandaloso da tributação dos rendimentos obtidos no offshore da Madeira» e da anulação definitiva da tributação dos ganhos em bolsa e das SGPS.

Mas também na inexistência de uma «política séria de combate à fraude e evasão fiscal» podem encontrar-se razões para explicar o quadro de crise que o País atravessa, a que não é também alheia a persistência em avançar com um Código Laboral visando desregular as relações de trabalho em vez de apostar em políticas capazes de promover a competitividade por via da melhoria da organização e da gestão das empresas.

Falhanços em toda a linha

Foram estas «opções erradas e de classe» tomadas pelo Governo que Lino de Carvalho condenou, lembrando, a propósito, como, ao fazerem pagar a crise sempre aos mesmos, acentuaram as «injustiças e as desigualdades», tra-

duzindo-se ainda consequentemente numa «inevitável contracção do consumo, do investimento e da economia».

Outro dos casos apontados como exemplo flagrante do rotundo falhanço do Governo de direita prende-se com as receitas fiscais. «Enganou-se em todos os cálculos de receitas fiscais que apresentou no Orçamento Rectificativo de Maio passado», acusou o parlamentar comunista, admitindo que este erro poderá significar no final do ano menos cerca de 620 milhões de euros do que as previsões.

Tempos difíceis

Mas se os efeitos nefastos desta política económica e orçamental «estupidamente restritiva», como foi classificada, são os que já se conhecem, a verdade é que será no próximo ano, alertou Lino de Carvalho, que «os portugueses irão sentir todo o peso de políticas erradas e socialmente desequilibradas». Desde logo, especificou, no aumento dos impostos que se abaterá em particular sobre os trabalhadores dependentes com o agravamento do IRS e as micro e pequenas com o aumento exponencial dos pagamentos especiais por conta e das liquidações no regime simplificado.

Também quanto aos preços de produtos e bens essenciais não são de esperar boas notícias. Os primeiros aumentos, aliás, como foi lembrado, já aí estão: 2,8 por cento na electricidade; 3,5 por cento nas taxas de portagens; 5 por cento nos medicamentos de custo inferior a € 5.

Em suma, a erosão do poder de compra dos portu-



Os trabalhadores, os sectores mais desfavorecidos da população e as micro e pequenas empresas sentirão ainda mais agudamente as consequências nefastas da política do Governo

gueses vai acentuar-se, a actividade económica, especialmente o comércio, vai retrair-se e o desemprego aumentar, podendo em 2003 vir este a cifrar-se na casa dos

400 mil trabalhadores sem emprego.

Tudo em nome do obsessivo cumprimento do défice para 2002, mesmo que isso signifique, como foi subli-

nhado, «congelar o futuro da economia», e adoptar «medidas gravosas para o rendimento e o emprego» e apesar de não resolver «nenhum problema de fundo do País».

Avizinha-se um ano negro

As «medidas desesperadas e irracionais» adoptadas nos últimos meses, para além de hipotecarem o futuro, vão transformar o ano de 2003 «num ano negro para os portugueses». O alerta foi dado por Lino de Carvalho que acusou o Governo de, com o seu «comportamento esquizóide», ter já «vendido os anéis e ao dedos», numa alusão às decisões tomadas com o único fito de conseguir receitas a qualquer preço para tentar cumprir o défice e dessa forma salvar a face da ministra das Finanças.

Tudo começou pela dramatização do discurso sobre o estado das finanças públicas,

que, só por si, lançou a «inquietação e a retracção no País», lembrou o deputado do PCP, referindo-se às diferentes etapas e medidas que o PSD e o CDS/PP foram sucessivamente incrementando ao longo dos últimos meses.

Seguiu-se, prosseguiu, «a venda do património do Estado ao desbarato» para, depois, perante o fracasso desta operação, passar ao congelamento, de forma cega, de metade das verbas ainda disponíveis para despesas até ao final do ano, «colocando em colapso o funcionamento de muitos serviços, adiando para o ano de 2003 o pagamento de dívidas aos fornece-

dores», e amputando «brutalmente as despesas de investimento».

O episódio seguinte foi o «novo perdão fiscal», antes tão criticado pelo PSD, a que se juntou depois a renegociação da dívida de Angola «em condições que estão longe de estar esclarecidas».

Mais tarde foi a imposição às grandes empresas com capitais públicos de anteciparem por conta o pagamento de IRC e, posteriormente, a venda «a correr» da rede fixa de telecomunicações da PT que, em 1994, o mesmo PSD tinha decidido manter na propriedade do Estado por razões de interesse nacional.

Não às portagens na CREL

Uma medida «totalmente irracional», assim vê a bancada do PCP a reposição de portagens na CREL decretada pelo Governo.

Contrariando todas as promessas feitas pelo PSD, tal decisão vai «sacrificar ainda mais as já penalizadas populações das zonas limítrofes de Lisboa», prejudicando a economia da região.

Lino de Carvalho fez igualmente notar que se está perante uma decisão tomada «ao arrepio de todo o bom senso em matéria de planeamento e ordenamento rodoviário», de que uma das consequências será atirar de novo para dentro de Lisboa com muito do tráfego que hoje circula pela CREL.

Mas ainda por esclarecer estão os contornos do negócio que levam à antecipação de receitas a pagar pela Brisa. A questão tem todo o sentido se atendermos a que tudo aponta, como foi observado, que desta operação de financiamento saia sobretudo a ganhar a própria Brisa. O deputado comunista expressou mesmo a sua convicção de que foi aquela empresa «quem fez um excelente negócio, altamente lucrativo para si». E por isso, exigiu, o Governo tem de esclarecer os verdadeiros contornos do negócio e de «como se chegou, com base em que estudos de tráfego, à verba de 288 milhões de euros». É que a taxa de desconto divulgada (a contrapartida pela qual a Brisa se remunerou) permite legitimamente afirmar que, com esta operação, o «Estado perde, pelo menos, um valor idêntico ao que se propõe encaixar».

Contas Públicas

Falta transparência e credibilização

O processo de aprovação parlamentar das Contas do Estado continua a padecer de vários problemas que põem em causa a sua transparência e credibilidade. Isto mesmo voltou a estar patente, na passada semana, no debate relativo à aprovação das contas públicas de 1999 e 2000.

Questão antiga é, desde logo, a que se prende com os prazos constitucionais previstos para aquela aprovação (até 31 de Dezembro do ano subsequente àquele a que se refere as Contas do Estado) e que, uma vez mais, foram ultrapassados.

A justificar igual motivo de preocupação, segundo o deputado Honório Novo, que interveio em nome da bancada comunista, está a «metodologia e acompanhamento das execuções orçamentais», como, aliás, refere nos seus pareceres às Contas do Estado o Tribunal de Contas.

Em causa, neste capítulo, está a utilização de diferenciadas metodologias e pro-

cessos em ordem tal que os resultados apurados, designadamente quanto às receitas, são significativamente diferentes consoante as origens da informação.

O parlamentar comunista não hesitou mesmo em considerar que existe «um grande descontrolo no sistema de contabilização de receitas que contribui de forma evidente para a descredibilização das Contas do Estado».

Honório Novo expressou a opinião de que são igualmente recorrentes «as dificuldades de análise de execução» do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), tendo salientado como negativo o facto de em 2000 a sua taxa de execução ter sido apenas de 68 por cento.

Nota crítica mereceram ainda alguns aspectos relativos ao Orçamento da Segurança Social. Salientado foi o facto de as Contas do Estado

confirmarem a «existência de dívidas muito elevadas à Segurança Social». O que levou o parlamentar comunista a afirmar que «não é aceitável» que estas dívidas tenham crescido de 14 por cento entre 1999 e 2000. Mais: que de um «universo

de cerca de 14 mil empresas em dívida apenas seis por cento estivessem, à altura, a cumprir com as suas obrigações, e que dos contribuintes com acordo de regularização em vigor em 2000 mais de um terço não estivesse a cumprir».

Promessas há muitas...

Foi com um discurso recheado de promessas que o Primeiro-Ministro se apresentou, na passada semana, no debate mensal com a Assembleia da República. Garantiu várias coisas, entre elas a de que o défice de 2002 vai ficar abaixo dos três por cento do Produto Interno Bruto (PIB), ou a de que a taxa de IRC baixará de 30 para 25 por cento em 2004. Retumbante foi também a afirmação de que em 2006 Portugal «estará a crescer claramente acima da média europeia».

foi Carlos Carvalhas a pôr o dedo na ferida ao sublinhar que

Portugal «continuará a crescer abaixo da média europeia», apontando, como exemplo dos sucessivos erros, o facto de o Executivo ter optado por «vender os anéis» quando o País precisava de uma política de sentido oposto, que incentivasse as actividades produtivas.

O líder comunista confrontou ainda o primeiro-ministro com as contradições do Governo, como o pagamento de elevados salários aos gestores dos novos «hospitais-empresa» ou a inexistência do prometido programa especial de apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME).

Desafios e preocupações

• Ilda Figueiredo

As conclusões da Cimeira de Copenhaga revelam que os governantes da União Europeia contornaram problemas sérios, optando pelo seu adiamento, numa autêntica fuga para a frente relativamente ao alargamento, que se pode revelar desastrosa se, entretanto, não arripiarem caminho. Essa questão é particularmente clara quer quanto à discriminação chocante relativamente aos dez países, quer quanto aos actuais Estados-membros de economias mais débeis e maiores problemas sociais, como Portugal. Igualmente o fizeram relativamente a Chipre, criando maiores dúvidas sobre o que de facto vai acontecer num futuro próximo. Este contorno dos problemas, com o adiamento de admissão pública das consequências graves que podem advir das decisões da Cimeira de Copenhaga, é bem visível na má consciência que, posteriormente à Cimeira, leva a Comissão Europeia a criar um grupo de trabalho com peritos para estudar as consequências do alargamento e responder àquilo a que chama «questões colocadas pelo público». Provavelmente com receio das consequências que as suas decisões

cada vez mais distante o objectivo da coesão económica e social. Perspectiva-se, a médio prazo, a redução dos fundos estruturais e das ajudas agrícolas para Portugal, num cenário em que todos os estudos conhecidos afirmam que será o país que mais perde (e a Alemanha o que mais ganha), tendo em conta a nossa perifericidade e a concorrência acrescida com países de mais baixos salários e trabalho mais qualificado. É óbvio que o alargamento não se deveria realizar com base numa abstracção, designadamente a da existência de uma «economia europeia» homogénea, que não existe. Mas foi assim que aconteceu.

O governo português devia ter exigido um programa específico de compensação para o seu tecido produtivo visando minimizar os impactos socioeconómicos do alargamento. Aliás, como ocorreu em anteriores alargamentos (caso dos programas de apoio à Grécia aquando da entrada de Portugal e Espanha na CEE).

Recorde-se que Portugal foi, durante muitos anos, contribuinte líquido da PAC, e continua a ser um dos que

menos recebe. A referência, nas conclusões da Cimeira de Copenhaga, à situação específica da agricultura portuguesa, é feita em termos de tal modo vagos que nada garante. Atente-se na expressão utilizada: «O Conselho Europeu registou que Portugal

considera que subsiste um problema específico decorrente da forma como a PAC é actualmente aplicada à agricultura portuguesa. Para o efeito, a Comissão foi convidada a apresentar um relatório de análise da situação e ainda a estudar a situação noutros pontos da União onde possam existir problemas específicos da mesma natureza».

Ora, o que se continua a impor é uma profunda reforma da PAC, que garanta o princípio da soberania e segurança alimentar, que promova uma distribuição mais justa das ajudas entre países, produções e produtores, aumente as nossas quotas de produção, designadamente no leite, açúcar, entre outros exemplos.

O que continua inaceitável é um alargamento que não assegure a concretização da coesão económica e social. Portugal deve exigir a revisão das perspectivas financeiras, mas perdeu uma oportunidade de assegurar, desde já, que, após 2006, continuará a dispor de fundos estruturais e de coesão com valores idênticos aos actuais.

Impõe-se, pois, maior persistência nas negociações por parte do Governo português e menos encenação de preocupações apenas para uso interno, como tem acontecido sucessivamente com vários membros do Governo, incluindo o primeiro-ministro Durão Barroso.



discriminatórias podem ter na opinião pública dos países da adesão, sobretudo naqueles onde se vão realizar referendos, e onde as discriminações são mais nítidas.

Mas também a opinião pública portuguesa deve dar maior atenção ao que se passou. É que ali estiveram em discussão questões da maior importância para o futuro da União Europeia, e sobretudo de Portugal, país com conhecidas fragilidades na estrutura produtiva. As consequências poderão ser muito negativas se não forem devidamente acautelados os interesses portugueses nas negociações que ainda vão decorrer, mesmo após a decisão política relativamente à adesão. Registe-se que este é o primeiro alargamento da União Europeia onde não há uma revisão das perspectivas financeiras. Vamos ter praticamente o mesmo orçamento, apesar de se passar de 15 para 25 estados-membros. Ora, devendo ser o alargamento um desafio à solidariedade dos países mais ricos e à necessidade de maior coesão económica e social, o que se passou em Copenhaga foi o contrário, seja pela enorme discriminação quanto a apoios e subsídios relativamente aos novos países aderentes, seja pela falta de solidariedade relativamente aos actuais estados-membros com maiores dificuldades.

Corre-se o risco de se acentuarem as desigualdades e divergências, ficando

Retirada de ajudas à modernização da frota põe «amigos da pesca» contra a Comissão

Compromisso impossível

Depois de uma semana inteira de negociações com a Comissão, os Quinze ainda não tinham chegado a acordo na sexta-feira sobre a reforma da política de pescas.

Durante a verdadeira maratona de negociações, a Comissão Europeia procurou dividir, em encontros bilaterais, os seis países que abertamente se opõem às suas propostas para o sector das pescas.

Em causa está sobretudo a manutenção dos apoios comunitários à modernização da frota e à exportação de barcos pelo menos até 2006, exigência que Espanha, França, Irlanda, Itália, Grécia e Portugal mantiveram desde o início, segunda-feira, dos trabalhos do Conselho de Pescas.

Estes países, que formam o chamado grupo dos «Amigos

das Pescas», recusaram igualmente a fixação de dias de pesca para além das quotas e a presença excessiva da Comissão na política de controlo.

O impasse negocial obrigou a Comissão a fazer algumas cedências quer na política de abates quer nos totais de capturas e quotas para 2003. Inicialmente, só estavam previstas ajudas à construção e modernização de barcos até 100 toneladas, exigindo-se que em troca se procedesse a uma forte redução da capacidade de pescas, através de abates de embarcações.

Na busca de um compro-

misso, a Presidência dinamarquesa e a Comissão apresentaram, na sexta-feira, uma nova proposta que admite subsidiar novas embarcações com um máximo de 400 toneladas, até 31 de Dezembro de 2004, com a condição de que por cada nova unidade de capacidade construída sejam abatidas 1,5 unidades, um pouco menos do que as 1,7 da proposta anterior.

São ainda previstas algumas ajudas à exportação de embarcações e à criação de sociedades mistas com países terceiros, podendo alcançar, respectivamente, 30 e 50 por cento do subsídio de abate. A Comissão comprometeu-se também a estudar a possibilidade de atribuir fundos adicionais para incentivar os abates e mostrava-se esperançada em conseguir um acordo, depois de ter aumentado os totais admissíveis e as quotas de pescado.

A posição firme de seis estados-membros impôs cedências

Eurodeputados contra a guerra

Uma centena de deputados europeus, provenientes de cinco grupos políticos lançaram na passada quinta-feira um apelo contra a guerra a todas as partes envolvidas, nomeadamente aos membros do Conselho Europeu, (dois dos quais, Jacques Chirac e Tony Blair, são igualmente membros do Conselho de Segurança da ONU), para que façam todos os possíveis para evitar a guerra.

O documento manifesta profunda preocupação pelas consequências sociais, económicas e ambientais devastadoras que uma guerra contra o Iraque provocaria, sublinhando que toda a região seria desestabilizada, podendo incendiar todo o Médio Oriente.

Neste sentido, os deputados assinaram, onde Ilda Figueiredo e Joaquim Miran-

da são os únicos portugueses, receiam que «qualquer erro ou incumprimento menor do regulamento definido na resolução 1441 sobre o desarmamento do Iraque, votada por unanimidade pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 8 de Novembro, possa ser utilizado como um pretexto para a guerra» e apelam aos decisores para que assumam as suas responsabilidades de forma séria.

O abaixo-assinado recorda ainda que as Nações Unidas foram fundadas sobre o princípio de que «todo os membros resolverão os seus conflitos por meios pacíficos» e, manifestando compreensão pelo «sentimento de vulnerabilidade às ameaças internacionais que motivaram a política dos Estados Unidos depois do 11 de Setembro», sublinha que «nenhum país, por mais poderoso que seja, pode ser autorizado a estabelecer as suas próprias regras e ficar com o monopólio da sua interpretação».

Cidadãos sob vigia

A pretexto da luta contra o terrorismo, a UE prepara-se para introduzir novas funcionalidades no sistema de informação Shengen, que reforçam poderes discricionários e ameaçam as liberdades e direitos dos cidadãos.

Como alertou a deputada do PCP, Ilda Figueiredo, na votação de um relatório sobre a matéria, adoptado pelo Parlamento Europeu na passada semana, esta iniciativa «permite que entidades tenham

acesso facilitado a informação de carácter pessoal sem qualquer controlo, nomeadamente de países terceiros». Por outro lado, alertou, «a preocupação relativamente ao terrorismo não pode servir de suporte à criação de ficheiros de cidadãos, sem qualquer critério que não seja o político, o que poderá conduzir a que o SIS se torne num serviço de informação político ao serviço de uma futura polícia política europeia».

Mais Europa com menos dinheiro

O orçamento comunitário para 2003, que recebeu luz verde do Parlamento Europeu na passada quinta-feira, representa apenas 1,02 por cento do Produto Interno Bruto dos Quinze, menos 0,5 que no presente ano, o valor mais baixo da década.

A insuficiência de recursos financeiros é manifesta para «fazer face aos custos do alargamento, às necessidades acrescidas ao nível da coesão económica e social e

dar resposta às novas prioridades ao nível das políticas internas e externas», considerou o deputado do PCP, Joaquim Miranda, no debate realizado no dia 17 e que antecedeu a votação.

O deputado observou que o volume de dotações para pagamentos em 2003 apenas sobe 1,9 por cento percentagem que nem sequer cobre a inflação prevista. Significa isto que, no próximo ano se verificará «uma

redução real do orçamento de pagamentos». Ora, como sublinhou Joaquim Miranda, «não se pode ter mais e mais Europa com menos e menos orçamento».

Pela positiva, Miranda congratulou-se com a manutenção de uma linha orçamental específica para Timor Leste e pelo aumento de seis milhões de euros, fixado pelo Parlamento Europeu em relação à proposta do Conselho.



Os crimes cometidos no Afeganistão pelos EUA e seus aliados começam a ser desmascarados

TV alemã revela

Massacre no Afeganistão

A televisão alemã denunciou há dias o assassinato de 5000 prisioneiros afegãos com a participação de soldados norte-americanos e agentes da CIA.

O primeiro canal da televisão alemã, ARD, transmitiu no passado dia 18, inesperadamente e à hora de maior audiência, antes do Telegiornal, uma reportagem intitulada «Massacre no Afeganistão».

O filme revela o macabro destino de cerca de cinco mil prisioneiros que desapareceram em contentores transportados por camiões, dentro dos quais foram assassinados a tiro. Testemunhas deste medonho acontecimento descrevem como o sangue, urina e excrementos escorriam dos contentores, e como até os feridos sobreviventes foram assassinados no local em que ficaram enterrados. São cenas como já não se via desde o regime nazi e Auschwitz.

Segundo a ARD, todos estes massacres foram perpetrados na presença ou com a participação de soldados norte-americanos e agentes da CIA.

A caravana da morte era

composta por um total de 25 camiões, cada um com um contentor, que era suposto dirigir-se para a prisão da cidade de Sheberghan, a qual já se encontrava repleta de prisioneiros. Em cada contentor foram encerradas cerca de trezentas pessoas, que ao fim de pouco tempo começaram a gritar devido à asfixia. Os soldados começaram então a disparar contra os contentores, perfurando-os. Imediatamente o sangue começou a jorrar.

«Duas testemunhas foram assassinadas na semana passada»

O filme termina com um dos membros da equipa que realizou a reportagem, Najibullah Quairishi, gravemente ferido, vítima de um atentado quando mostrava um vídeo que continha imagens de soldados norte-americanos na abertura dos contentores. Duas testemunhas que relataram os acontecimentos descritos no filme foram assassinadas na semana passada.

Os senhores da guerra

Na reportagem agora apresentada na ARD vê-se, também pela primeira vez, os agentes da CIA que torturaram os prisioneiros em Mozarisharif a intimidarem o talibã americano John W., que foi enviado para Guantánamo, a falar se quisesse salvar-se.

Outras imagens deste segundo massacre, que nunca tinham sido apresentadas, mostram um número muito grande de prisioneiros afegãos mortos a tiro, uns ao lado dos outros, no terreiro da prisão e com as mãos atadas nas costas. A aviação norte-americana comanda os bombardeamentos da prisão, enquanto soldados britânicos - cuja presença tinha sido negada por Londres - disparam contra os prisioneiros.

Vale a pena dizer que esta reportagem não foi anunciada na programação habitual da ARD, tendo sido publicitada apenas na véspera da sua apresentação. É fácil perceber a razão: evitar pressões que impedissem a divulgação deste terrível massacre.

Face a tamanha barbaridade, uma pergunta se impõe: quem são, afinal, os terroristas?

Iraque divide Conselho de Segurança

A Síria boicotou a reunião do Conselho de Segurança que na passada quinta-feira debateu o relatório iraquiano sobre programas e arsenais de destruição maciça, por não ter tido acesso à cópia integral da declaração entregue por Bagdad no passado dia 7.

Numa atitude verdadeiramente prepotente, contrária a todos os princípios das Nações Unidas, os EUA apossaram-se da única versão de 12 000 páginas entregue pelo Iraque, que só veio a ser distribuída pelos restantes membros permanentes do Conselho de Segurança - China, França, Reino Unido e Rússia, todos estados nucleares - cerca de uma semana depois.

Quanto aos restantes dez países do Conselho, membros eleitos não permanentes, receberam apenas uma cópia do relatório de que foram expurgados pormenores sobre

fabrico de armas de destruição maciça e os nomes das empresas que podem fornecer material ou tecnologia nesse campo.

O embaixador sírio na ONU, Faisal Mekdad, classificou essa diferenciação de «discriminação inaceitável, ilegal e contrária aos procedimentos do Conselho», devolvendo à Comissão de Inspeção, Vigilância e Verificação da ONU (UNMOVIC) a cópia expurgada depois de comunicar que «teremos uma cópia integral ou não aceitaremos nenhuma».

Amearças

No próprio dia da reunião do Conselho de Segurança, o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Jack Straw, garantiu que o documento tem omissões e afirmou ser neces-

sário «enviar um aviso claro aos iraquianos».

Também o secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, considera que a declaração iraquiana desrespeita «totalmente» os requisitos da resolução da ONU.

Falando em conferência de imprensa, no dia 19, Powell afirmou que a declaração é «tudo menos exacta, plena ou completa», o que implica uma «violação patente» da resolução.

Washington pretende agora que os inspectores da ONU interroguem os peritos iraquianos em armamento fora do Iraque, argumentando que estes precisam de se sentir «em segurança» para poderem prestar informações.

Powell afirmou ainda que se o Iraque «continuar com o seu estilo de mentiras não encontraremos uma solução pacífica».

O regresso dos vassallos

• Rui Paz

Imediatamente após os atentados do 11 de Setembro, Schröder pronunciou uma frase que chocou a esmagadora maioria dos alemães. «Nós somos todos americanos!», proclamou então muito comovido o presidente do SPD. Alguns comentadores aproveitaram a ocasião para sublinhar que nesse caso o chanceler só tinha vantagem em fazer-se eleger nos Estados Unidos, onde para se ser presidente nem é necessário ter a maioria dos votos. No entanto, para ganhar as últimas eleições, Schröder teve de garantir que a Alemanha nunca apoiaria nem participaria numa guerra contra o Iraque, e que «a amizade» com Washington não era «vassalagem». Mas bastaram uns espirros de Rumsfeld e os vassallos reconheceram imediatamente a existência de uma profunda amizade no seio do império. O ministro da Defesa, Struck, assegurou que os tanques de Berlim continuariam estacionados no Koweit para proteger os soldados americanos e, argumentando que «a segurança da

na agressão contra Bagdad é determinado unicamente pelas necessidades e exigências de Washington. Mas Schröder, abusando da vontade e da inteligência dos eleitores, continua a jurar que mantém a sua promessa de não participação na guerra. Surpreendido por tanto descaramento, o jornalista de uma estação de rádio de Düsseldorf perguntou aos ouvintes: «Já viram algum tribunal absolver o cúmplice que segura a escada ao ladrão, por o juiz estar convencido de que o número dois do bando não tem nada a ver com o assalto?»

As bombas de Natal

No início de Dezembro, outro vassallo de Washington veio a Petersberg, perto de Bona, agradecer a escolta internacional que após os bombardeamentos do Natal de 2001 o elegeu Chefe de Estado do Afeganistão. Desta vez não houve festa. Karsai - que também possui a nacionalidade norte-americana e que desempenha as funções de uma

espécie de presidente da Câmara das zonas controladas pelos exércitos estrangeiros em Kabul - pediu como de costume mais tropas. De facto, o balanço é decepcionante. Em Novembro, Karsai ordenou à sua polícia - treinada e armada por especialistas alemães tal como já o tinham sido as milícias indonésias do general Subianto em Timor-Leste - que disparasse a matar contra uma manifestação de estudantes e alunos e Kabul. Há poucas semanas foi atacado o aeroporto de Chost controlado pelos americanos. Uns dias



Alemanha também se defende no Hindokusch», prometeu o aumento imediato da participação da Bundeswehr na força de intervenção no Afeganistão.

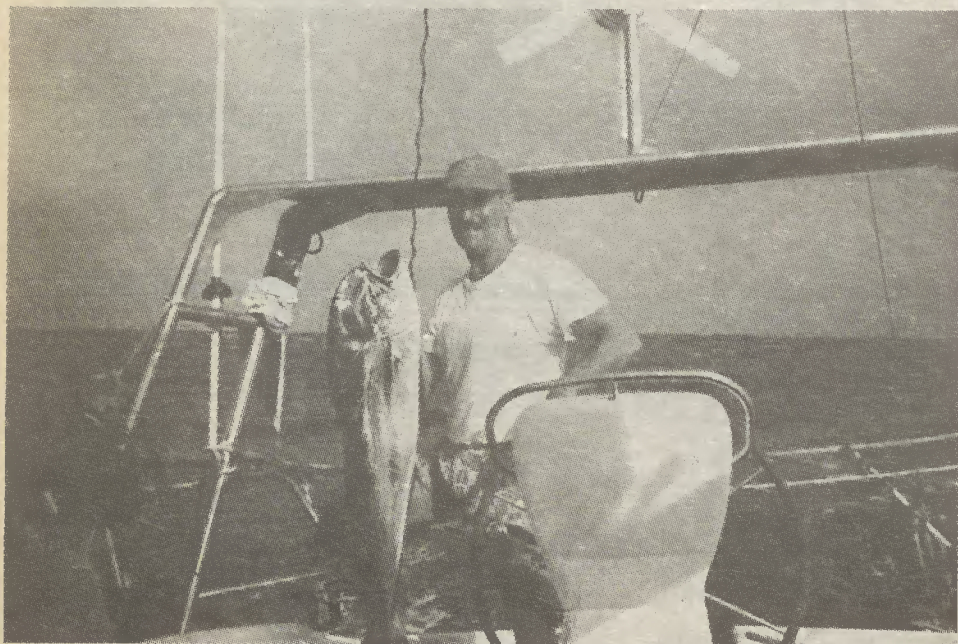
Mas a vassalagem não ficou por aqui. O chanceler deu o dito por não dito e autorizou os Estados Unidos, mesmo sem mandato da ONU, a utilizarem o espaço aéreo e o território alemães, assim como as bases americanas ali existentes, no caso de Washington decidir atacar o Iraque. A pedido de Telavive, a Alemanha está a fornecer sistemas antimíssil «Patriot» a Israel, e dispõe-se a considerar a possibilidade de envio de tanques «leopardo» a Sharon para que este possa mais eficazmente aterrorizar e assassinar os palestinos. Satisfazendo mais um desejo do Pentágono, aviões AWACS tripulados por soldados alemães prepararam-se para voar em direcção do Golfo, enquanto o «Die Welt» anuncia que também a Marinha de guerra alemã deverá aliviar «o amigo americano» durante as operações contra o Iraque.

Afinal, o envolvimento da Alemanha

mais tarde foi igualmente alvejada uma base militar norte-americana no Leste do país. Passado um ano, reina tanta paz e democracia no Afeganistão como durante o regime dos Talibãs. Tudo indica que, apesar dos dez mil mortos vitimados pelos bombardeamentos norte-americanos, cresce a resistência contra este novo tipo de democracia que só funciona nos espaços limitados pelo alcance das baionetas dos novos «estudantes de teologia» de Washington.

Um conhecido diário de esquerda alemão publicou recentemente um artigo intitulado: «Bush é indispensável às burguesias do mundo inteiro». E nós, portugueses, perante a experiência governamental que estamos a viver nestes dias, podemos confirmar que a política belicista dos EUA e as suas bombas de Natal são indispensáveis a todas as burguesias, mesmo àquelas que se mascaram de «empresários patriotas», de «ministros social-católicos», de vocação atlântica ou continental, independentemente da sua opção preferencial por Washington, Berlim ou Bruxelas.

Um sonho tornado realidade



Genuíno Madruga mostra os seus dotes de pescador

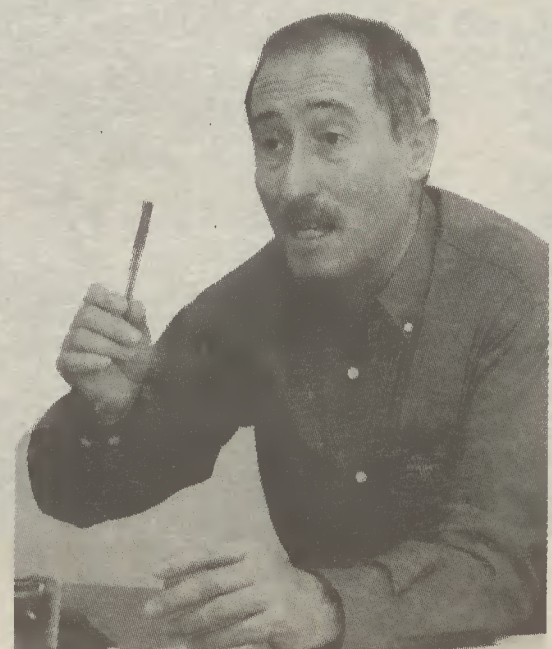


«Espero continuar de olhos bem abertos»

Para além de um aventureiro, és comunista. Qual a perspectiva com que ficaste do mundo e se essa experiência poderá, ou não, fortalecer os comunistas portugueses, particularmente os dos Açores?

Nós podemos ver e podemos não querer ver, podemos aprender ou não querer aprender, depende se nós temos ou não os olhos abertos. Eu espero continuar sempre com os meus olhos bem abertos. Numa viagem destas, com a velocidade a que foi feita, uma pessoa aprende

“Eu chamava aos rádio-ouvintes «os passageiros», porque tinham o direito de fazer a viagem como eu estava a fazer”



Dois açorianos em Durban, Genuíno Madruga, que saiu do porto da Horta com destino à Ilha do Faial (à esquerda), e Joe Fontes, que saiu de S. Francisco (Califórnia) tendo como destino a Ilha do Faial

«Costumo dar o exemplo das ilhas Marquêsas, sítio onde se encontra o túmulo de Jacques Brell e percebo por que é que ele quis ir para lá...», afirmou o navegador.

muito. Já me perguntaram possíveis conclusões daquilo que eu tinha visto, respondi que era difícil, mas uma coisa é certa, cada vez mais há mais miséria por este mundo fora, ao contrário daquilo que deveria ser, há mais pessoas com doenças, fome e com desgraças. Por exemplo, na África do Sul, como é possível, num país com toda aquela riqueza, um dos mais ricos de todo o continente africano, haver tanta miséria? Só lá vi foi desgraças, é uma coisa que dá que pensar. Depois andam lá os outros a pregar a fé ao pessoal que não tem nada na barriga.

Como foi regressar ao ponto de partida?

Cheguei na altura que havia prometido regressar. Quando saí do Faial a 20 de Outubro de 2000, estavam poucas pessoas no cais e prometi-lhes voltar em Maio de 2002. Passados dois anos, no dia 18 de Maio, regressava ao Faial. Muita gente viveu esta viagem como se estivessem a navegar comigo. Aliás, no tal programa de rádio que já me referi, eu chamava aos rádio-ouvintes «os passageiros», porque toda a gente tinha o direito a fazer a viagem conforme aquela que eu estava a fazer.

Foram essas pessoas que te esperaram no Faial?

Essas e muitas mais. Eu estava nas Caraíbas, ou seja, a 2300 milhas do porto do Faial e sabia que estava a ser organizada uma recepção. Perguntei-lhes qual o dia e a hora que queriam que eu chegasse e combinámos então que seria no sábado de Espírito Santo, no dia 18 de Maio, às 15 horas. À hora combinada, o «Hemingway» entra no do porto marítimo do Faial. Antes de entrar no porto da Horta havia dezenas de embarcações que tinham ido ao meu encontro, já havia festa muito tempo antes. No porto, estavam milhares

de pessoas à minha espera. Não houve nos Açores, e na nossa ilha, festa igual aquela. Até as pessoas que não puderam estar presentes, por diversas razões da vida, viram e ouviram a minha chegada pela televisão e pela rádio. Depois, organizado pelos pescadores, para toda a gente, comemos um caldo de peixe. Foi uma coisa em grande, um dia que não vou esquecer... Há ainda outra coisa, foi a primeira vez que vi a minha neta, tinha 11 meses, e quando nasceu eu já estava em viagem.

Quando chegaste, em conferência de imprensa, disseste: «Sonhem, definam objectivos, acreditem que são capazes, sacrifiquem-se, trabalhem muito e só assim serão capazes de concretizar aquilo com que sonharam.» O que é que quiseste dizer com estas palavras? Eu fiz assim e deu certo. Nos dias de hoje, as pessoas andam um bocado desparadas, não sabem o que andam a fazer e depois, por exemplo, vêm os problemas de droga.

As pessoas têm de acreditar, não estou a dizer que vão dar a volta ao mundo, mas aquele que gostar de arranjar relógios deve ser relojoeiro, aquele que gostar de ser médico, mesmo que se esfole todo e que tenha que passar fome, tem de caminhar naquele sentido, que um dia chega lá. Se não fizermos pelas coisas nunca teremos nada, porque do céu só cai chuva.

Já tens agendada outra viagem com o «Hemingway»?

O meu objectivo agora é chegar até Cuba. Quero passar por Cabo Verde, conhecer mais um pouco do Brasil, voltar às Caraíbas e por fim chegar até à ilha de Cuba. Quero lá ficar durante algum tempo para conhecer a música, as pessoas, tudo...



● Luís
Gomes
texto

«**G**rande golpe» foi a forma de rotular a privatização do Serviço Nacional de Saúde, SNS, num encontro do PCP, que alertou para a urgência de se constituírem comissões de utentes pela defesa dos serviços públicos de saúde.

Na véspera da promulgação, pelo Presidente da República, do decreto-lei do Governo que privatiza dez novos hospitais a serem construídos, a Comissão Concelhia de Almada do PCP realizou uma sessão pública pela defesa do Serviço Nacional de Saúde, contra a privatização dos serviços e dos hospitais, pela qualidade e pela dignificação dos



O grande golpe

trabalhadores do sector. A medida também vai recair no hospital Garcia de Orta, que serve o distrito de Setúbal, já que o Governo pretende passar para os privados, a gestão dos hospitais distritais. O piso superior da casa da Juventude, em Cacilhas esteve cheio, para ouvir as propostas do PCP para o sector. O presidente do grupo parlamentar do PCP, Bernardino Soares, e Graça Pessoa, Silva Sequeira e Joaquim Judas, médicos, fizeram uma retrospectiva sobre o estado «deplorável» em que o SNS se encontra, em consequência das políticas dos governos, PS antes e PSD/PP agora.

Empresarialização: o neoliberalismo nos hospitais

Bernardino Soares lembrou que 40 por cento do OE/2003 vai ser entregue à gestão do sector privado, «continuando o sector público a pagar serviços que o próprio podia fazer». O Governo entrega aos grupos privados todos os serviços que podem dar lucro; «pretende-se privatizar os serviços que são lucrativos, ficando várias empresas, cada uma com a tutela de cada tipo de serviço. Serviços que não dão lucro mantêm-se nas mãos dos estado». Para além da privatização de serviços, «a entrega ao sector privado da construção de dez novos hospitais distritais vai contribuir para a diminuição da qualidade na prestação de cuidados de

saúde aos utentes». Com esta medida, «o grupo privado faz e gere o projecto durante 30 anos. Durante três décadas, o Estado vai pagar para que o privado garanta o serviço. Pior é que até agora o Governo ainda não apresentou qualquer projecção sobre quanto vai isso custar ao OE, já que todo os anos haverá um pagamento». Preocupante é vista a chamada **empresarialização** das gestões hospitalares, que vai afectar a generalidade dos hospitais existentes. A **empresarialização** não é mais que a passagem do hospital a Sociedade Anónima, de capitais públicos. «É o primeiro passo para a privatização, como aconteceu na EDP ou na PT, por exemplo», salientou o deputado, ao lembrar que o seu grupo parlamentar apresentou uma proposta chumbada, que defendia a participação dos quadros médicos e hospitalares na gestão hospitalar e propôs a realização de concursos públicos para os cargos administrativos em vez das actuais nomeações políticas determinadas pelo Ministério.

Medicamentos, genéricos e a demagogia de direita

O deputado denunciou ainda a forma como o Governo conseguiu acrescentar a uma medida da autoria do PCP, positiva, como foi a possibilidade de se passar a poder receitar genéricos, «um preço de referência, ou seja, se um medicamento custa dez e o genérico um, o estado com esta nova medida vê-se obrigado a participar sempre pelo preço mais caro, para que a indústria farmacêutica privada não perca esse lucro. Perante esta alteração, não espanta que tenha imediatamente aparecido uma multinacional disposta a envolver-se no mercado português de genéricos. À boleia dos genéricos, uma medida que visava baixar o preço dos medicamentos ao utente, o governo quer poupar dinheiro ao estado, fazendo os utentes pagar mais, de forma indirecta». Com todas estas medidas que enfraquecem o SNS, quem paga é quem mais precisa, ou seja, a esmagadora maioria da população. O Dr.

Amadora-Sintra: Ruína na saúde pública

O projecto-piloto de privatização que foi o hospital Amadora Sintra, gerido pelo grupo Mello desde 1995, e que teve como administrador o actual ministro da saúde, não podia deixar de ser lembrado. Segundo Bernardino Soares, a gestão desta unidade hospitalar tem sido desastrosa, com a degradação dos serviços aos utentes. O governo entretanto recusou-se a divulgar as conclusões de um inquérito à gestão do hospital, realizado pelo próprio Ministério. Têm ocorrido graves irregularidades nas contas do hospital, e agora procuram esconder os resultados do inquérito, «para não pôr a nu o desastre que são as gestões hospitalares privadas».

Silva Sequeira disse que «mais do que nova, a lei de privatização da gestão hospitalar é uma pura destruição».

«precisamos de um SNS como o PCP tem proposto, com competência e não com clientelismos».

Listas de espera: há solução

Lembrando que a capacidade do SNS está subaproveitada, Silva Sequeira referiu que para acabar com as listas de espera e com a passagem para o privado, bastava os profissionais de saúde trabalharem 10 horas por dia durante oito meses. «Trata-se antes de ter ou não vontade política de aplicar a medida». Como a medida, há muito proposta pelo PCP, não é aplicada, «vão-se gastando milhares de euros em exames no exterior, em laboratórios privados, que podiam ser feitos nos hospitais. Não se aproveitam os recursos públicos e muitas capacidades no SNS estão por esgotar». Maiores serão agora as dificuldades de gestão, já que «os directores dos hospitais passam a ser escolhidos pelas suas ideias neoliberais, de rentabilidade e lucro». O responsável da pediatria do Hospital de Santa Maria, Joaquim Judas, lembrou ainda que muitos medicamentos, se fossem oferecidos, ficariam muito mais baratos. É importante lembrar que o SNS tem meios e pode funcionar bem. Exemplo disso referido no encontro, foi o Centro de Saúde da Cova da Piedade, único que conseguiu reduzir custos por ser o único onde todos os utentes têm médico de família, provando que quando as condições se criam, é possível ter bons resultados no SNS.

O golpe

Joaquim Judas recordou que mais que os trabalhadores do sector, têm que ser as comissões de utentes a reivindicar, «já que os médicos estão onde está o dinheiro, sendo por isso facilmente aliados pelo sector privado. Os profissionais estão instalados neste sistema, logo a alternativa passa fundamentalmente pela capacidade de reivindicação dos utentes». Basta recordar que em Portugal, um médico no serviço público ganha menos 60% do que na UE, mas no sector privado ganha mais 30% do que a média europeia; «é esta corrupção que não é fácil resolver». Segundo Joaquim Judas, «o que afinal está em jogo são os dois mil milhões de contos do SNS e não satisfazer os utentes. É o grande golpe». Notou ainda que

Comissões de Utentes: Papel insubstituível

O encontro concluiu que as **comissões de utentes** têm um papel insubstituível, na luta pela defesa da qualidade dos serviços prestados pelo SNS, e apela à participação das populações na constituição e actividade das mesmas. Foi também recordada a insólita situação de Portugal ser um país onde há uma enorme falta de médicos mas onde se mantém o *numerus clausus* desde finais dos anos 70, medida que, como foi recordado, «foi estabelecida por motivos absolutamente corporativistas». Perante todos estes ataques a um bem que não pode ter preço, foi salientada a urgência da criação de **Comissões de Utentes** fortes e participadas, para fazerem pressão contra estas medidas, informar e defender os seus direitos enquanto utentes, ouvindo as populações e realizando iniciativas de esclarecimento, já que, como foi referido por um participante, «os utentes dão crédito ao sector privado por desconhecimento da realidade».

Profissionais e utentes com direitos ameaçados

Preocupados com todas as alterações andam os profissionais de saúde que, segundo Joaquim Judas, «são invadidos por legislação que não compreendem», recordando que a legislação do Governo não se refere sequer às unidades e centros de saúde. Alertou para a forma demagógica como o Governo tem referido que os utentes passariam a escolher o seu médico de família: «Isto é falso, já que as listas de médicos não estão preenchidas e o que há é uma enorme falta de médicos de família». Também o direito do utente poder aceder a dados do seu processo clínico foi agora suprimido, bem como o direito que tinha consagrado, de poder consultar segunda opinião. Referida foi ainda a preocupação com os trabalhadores do sistema de saúde e a sua estabilidade laboral, já que o contrato individual de trabalho é a destruição das carreiras médicas.

O exemplo Inglês

Na Europa não faltam exemplos das consequências negativas que é a privatização de hospitais e serviços de saúde. O caso mais flagrante é o britânico, país piloto nesta medida, nos tempos da primeira-ministra, Margaret Thatcher. As consequências foram tão graves para o sistema público de saúde que, hoje em dia, até o Partido Conservador Britânico, na oposição, claro está, diz que quer defender o SNS. Com a privatização, os índices de mortalidade infantil na Inglaterra desceram aos níveis da Grécia. Bernardino Soares lembrou que nesse país piorou o serviço à população devido à lógica do lucro na gestão das instituições, e acabou por sair mais caro para o estado e para os orçamentos públicos, do que se fossem geridas dentro do modelo normal de serviço público. Há um forte movimento de contestação neste país na tentativa de se retomar o carácter público da gestão, que deriva fundamentalmente do insucesso para a população destas medidas.

• José
Alvarez

Uma história de desporto, dinheiro e poder

Os clubes de futebol são do povo

O meu primeiro contacto com o Charlton, um famoso e popular clube do sul de Londres, teve lugar quando após o fim da 2.ª Guerra Mundial algumas equipas britânicas visitaram o nosso país. Essas visitas davam resposta à natural ânsia dos desportistas portugueses de verem os ingleses ao vivo – os ingleses mestres do futebol e os que haviam resistido, tão tenazmente, às ameaças hitlerianas de invasão e ao «blitz». Diga-se, desde já, que o público português, na sua esmagadora maioria, não era ouvinte da Rádio Moscovo. Por esse motivo, estava deficientemente informado quanto a certos aspectos fundamentais do desenvolvimento do conflito. É justo dizer-se, entretanto, que a admiração dos portugueses pela Grã-Bretanha vem de mais longe.

O Charlton veio jogar no Estádio Nacional. Era um jogo amigável, mas de enorme atracção, contra o Benfica. Este, capitaneado pelo inesquecível Chico, equipava de branco porque a equipa londrina usa, precisamente, as cores do glorioso – camisola vermelha, calção branco, meias rubras. Permita-se-me acrescentar que o Chico, o célebre Francisco Ferreira, era o símbolo da tradicional alma benfiquista. Não seria um futebolista de classe. Mas era o porta-bandeira do clube encarnado em

qualquer campo de futebol. Onde o Chico estivesse, o Benfica não vergaria. Esse mesmo Benfica cuja alma já morreu três vezes e três vezes ressuscitou.

O clube londrino venceu por 3-0. Não desmentiu a sua fama. Aliás, a equipa apresentada não diferia muito daquela que vencera a final da Taça de Inglaterra ou da que, a 12 de Fevereiro de 1938, eliminara o Aston Villa no estádio de «The Valley», perante 75 031 pessoas. Mas é, justamente, sobre este recinto de futebol, «The Valley», que desejamos pronunciar-nos porque a inauguração, há dez anos, da nova e moderna versão do mesmo se celebrou em condições únicas que vale a pena descrever, no passado dia sete. O Charlton vencera o Liverpool. Mas a festa tinha raízes muito mais profundas.



Trajectória dramática

O estádio fora erguido numa pedra em 1919. As primeiras bancadas, porém, só surgiriam três anos depois, quando o Charlton foi aceite na Liga dos Clubes. Mas em 1930, «The Valley» tornara-se no maior estádio de futebol em Inglaterra (à parte Wembley). O clube subira à primeira divisão. Chegaram tempos vitoriosos. Depois, a tragédia da guerra. Na difícil normalização em 1945-46, o Charlton procurava manter viva a chama dos seus êxitos. Entretanto, os anos cinquenta e sessenta produziram declínio. Em 1977, a capacidade do estádio, cujas condições se tinham deteriorado, foi reduzida para, apenas, 20 000 espectadores. Sem poder realizar as necessárias reparações, o clube voltaria,

em 1981, a fechar outros sectores do estádio – apenas 13 000 lugares passaram a poder ser utilizados. Esta situação alertou a autarquia local (trabalhista) que ameaçou o Charlton com a expropriação do histórico lugar onde, praticamente, nascera. A Câmara de Charlton, uma região do sul de Londres, começou a fazer contas ao valor daquele terreno. Poderia, ali, construir blocos de apartamentos, parques de estacionamento, um hotel, prédios de escritórios. Em 1985, com um governo conservador no poder, e rampante a demagógica e criminosa ideologia «thatcherista», o Charlton foi, finalmente, expropriado e passou a realizar os jogos, que o calendário definia como «em casa», no estádio do Crystal Palace. Mas surgiu, então, a resistência.

Lutar, resistir e vencer

O povo de Charlton não quis admitir a derrota. Rapidamente se constituíram diversas comissões de luta pela recuperação do clube e pela anulação da ordem de expropriação dos terrenos do «The Valley». Mas os interesses que trabalhavam na sombra da Câmara, construtores civis e empreiteiros, capitalistas preparados para a exploração dos novos serviços, intermediários, agentes do mercado de propriedades, advogados, políticos, juizes, funcionários, pareciam ter poder suficiente para tornar infrutífera a luta do povo. Eles tinham tudo. O povo simples que amava o seu clube não tinha nada. Mas a democracia, arma enganosa do capitalismo, é, de facto, uma faca de dois gumes. Corta para ambos os lados. Numa das comissões de apoio ao Charlton, alguém lembrou que estavam à porta as eleições autárquicas. E a ideia de formar um partido, surgiu. Sim, um partido político como os outros, que pedisse ao povo da área de Charlton a expressão, pelo voto, do seu ponto de vista. O partido do Charlton propunha que o estádio fosse preservado. E que a própria Câmara, em vez de

entregar os terrenos a capitalistas sem coração, reconstruísse o «The Valley» tornando-o acessível a toda a juventude. No acto eleitoral e contados os votos, o partido do Charlton venceu os partidos tradicionais (trabalhista, conservador, liberal, etc.) e a posse do poder camarário deu-lhe a força de que necessitava.

O resto é História. O estádio, hoje, depois de 2632 dias em que o Charlton viveu como nómada, é um bonito complexo moderno. O clube, na «Premier League», voltou a ser a grande atracção futebolística do sul da capital britânica tendo até contado entre os seus mais cotados jogadores com o português Jorge Costa. A inauguração foi há dez anos (5.12.1992.). Mas o povo, que não esqueceu a sua luta, saiu a comemorar o seu êxito com largas marchas através das ruas. Tinha derrotado interesses gigantescos. A sua luta parecera de impossíveis perspectivas. No entanto, porque era justa, abriu-lhe a estrada da vitória que, juncada de flores, ele, agora, percorre.



• Gustavo Carneiro

Prisioneiros do império

O mundo exige a libertação

Abfado pela generalidade da imprensa, o vergonhoso processo dos cinco cubanos prisioneiros políticos dos Estados Unidos da América está a tornar-se conhecido do mundo. E a solidariedade começa a derrubar os muros de silêncio.

A história dos cinco cubanos presos políticos dos Estados Unidos da América – condenados numa verdadeira farsa judicial a pesadíssimas penas de prisão, encarcerados em degradantes condições e separados das suas famílias – apenas por defenderem o seu país do terrorismo patrocinado (e realizado) pelas autoridades norte-americanas não se enquadra nos critérios jornalísticos da generalidade dos órgãos de comunicação. Nenhum dos jornais de maior tiragem, nem mesmo aqueles que fazem dos escândalos a sua receita para maiores vendas, nenhuma televisão ou rádio agarrou neste caso. O silêncio era total. Os interesses em causa são muito poderosos.

Tal como muitos outros compatriotas seus, o escritor cubano Fróilan González percorreu vários países denunciando, em palestras e debates diversos, esta terrível situação. Quando saíam de um país, estes

cubanos deixavam atrás de si a semente da solidariedade. Foi o que aconteceu em Portugal. Patrocinado pela embaixada de Cuba, realizou-se no mês de Setembro um encontro com organizações e personalidades ligadas, de certa forma, àquele país caribenho, para que dali nascesse um comité de solidariedade com os cinco revolucionários cubanos. Esse comité está em vias de criação. Criado está já o comité de Lisboa que editou recentemente um postal para enviar aos cinco cubanos, com a inscrição *Feliz año nuevo – la lucha por tu liberación continua*. Também por iniciativa deste comité, está a circular um abaixo-assinado, dirigido ao departamento de justiça norte-americano, exigindo que o processo dos cinco homens seja «revisito e que, em conformidade com a verdade e com a justiça e com os direitos humanos, com a democracia, eles sejam libertados e voltem ao seu país». Segundo números revelados pelo ICAP – Instituto Cubano de Amizade com os Povos –, são já 90 os comités de solidariedade existentes, distribuídos por mais de 50 países. Um dos últimos gritos de solidariedade conhecidos veio, no início de Dezembro, da Rússia. Um grupo de veteranos combatentes russos solicitou ao Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, na



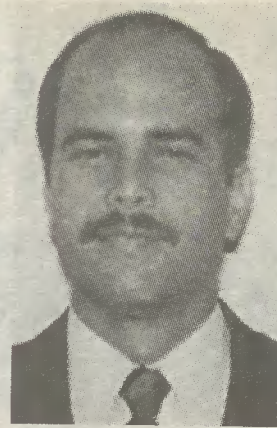
Antonio Guerrero Rodríguez, n.º 58741-004, USP FLORENCE – PO BOX 7500, 5880 State HWY 67 South Florence, CO 81226. Prisão perpétua mais 10 anos foi a pena à qual foi condenado.

pessoa do brasileiro Sérgio Vieira de Mello, para que interceda pela liberdade dos cubanos. Na Guatemala, na Colômbia, na Etiópia, em Cabo Verde e na Itália, criaram-se recentemente comités de solidariedade. No segundo encontro hemisférico contra a ALCA, realizado há poucas semanas no Uruguai, foi aprovada por unanimidade a exigência da libertação de Gerardo Hernández, Antonio Guerrero, Ramón Labañino, Fernando González e René González.

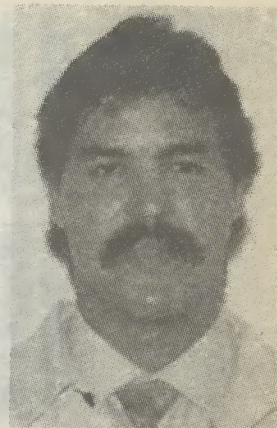
Nos próprios Estados Unidos, um conjunto de juristas já demonstrou o seu apoio pela causa da libertação dos cinco heróis. Este grupo é encabeçado pelo advogado Leonard Weiglass, que defendeu Antonio Guerrero, e que recentemente apresentou um documento solicitando ao tribunal um novo julgamento, justo, e realizado fora de Miami.

Uma questão de classe

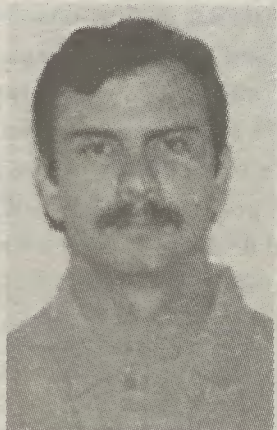
Apesar do caso começar a ser conhecido por cada vez mais amplas camadas dos povos de diversos países, nem por isso os grandes órgãos de comunicação – pertencentes a poderosos grupos económicos – noticiam o caso. Na generalidade dos países, só os jornais comunistas e operários divulgaram o caso. Por cá, foi apenas pelo Avante! que muitos e muitos portugueses tomaram conhecimento com este vergonhoso processo. «Vários companheiros nos escreveram dizendo que conheceram o



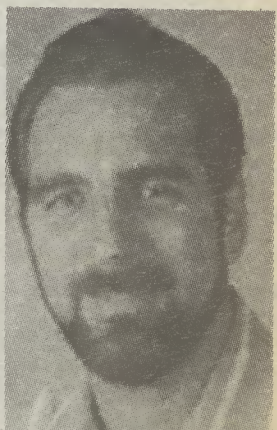
Gerardo Hernández Nordeño, n.º 58739-004, USP LOMPOC – PO BOX 3901 Klein Boulevard, Lompoc, CA 93436. Foi injustamente condenado a duas prisões perpétuas mais 15 anos.



Ramón Labañino Salazar, n.º 58734-004, USP BEAUMONT – PO BOX 26035 Beaumont TX 77720. Cumpre uma pena perpétua mais 18 anos.



Fernando González Llort, n.º 58733-004, FCI Oxford – PO BOX 500 Oxford, WI 53952-0500. Cumpre pena de 19 anos.



René González Sechwrert, n.º 58738-004, FCI McKean – PO BOX 5000 Bradford, PA 16701. Condenado a passar 15 anos na prisão.

nosso caso pelos artigos publicados nas páginas do órgão central do Partido Comunista Português», escreveu Gerardo Hernández, um dos prisioneiros, numa carta enviada de resposta ao envio dos exemplares dos jornais a todos os cinco cubanos presos. Prosegue o prisioneiro cubano que «são muitíssimas as provas de apoio que temos recebido dos nossos irmãos portugueses e mesmo que não nos seja possível responder a todas as mensagens individualmente, queremos que todos saibam que a vossa solidariedade é muito importante para nós». Juntamente com a carta, Gerardo Hernández enviou, em nome dos cinco, um postal desejando que a «todos os nossos irmãos portugueses chegue a eterna e sincera gratidão pela sua importante solidariedade e o abraço revolucionário dos vossos cinco companheiros cubanos prisioneiros do império». Depois, em bom português: «a luta continua».

Ramón Labañino destaca, na resposta a uma missiva enviada por um casal de portugueses, que está a surgir um «belo processo de unidade entre pessoas progressistas e de esquerda, movimentos das classes trabalhadoras e desfavorecidas, e ainda pessoas de diferentes estratos sociais que acreditam na justiça e na verdade». O mesmo Ramón Labañino, numa carta enviada a um outro português, conta que recebeu «muitos postais com a insígnia do meu país e com uma pomba branca, assinados por tantos amigos desse país irmão: Portugal». Da mesma forma como trocam correspondência com Portugal, fazem-no com muitos outros países do mundo. Também o fazem com o seu próprio país, que reclama pela sua libertação. Em Agosto de 2002, o comandante Fidel Castro dirigiu-se-lhes nestes termos:

«A conduta de valor e resistência tenazes de cada um de vocês comoveu o nosso povo e hoje começa a ser conhecida por todo o mundo. Voltó a expressar-vos a minha profunda convicção de que voltarão à pátria agradecida, que não vos esquece nem deixará de lutar pelo vosso regresso.»



Comité de Solidariedade com os Cinco Patriotas Cubanos - Lisboa

Postal do comité de solidariedade de Lisboa para enviar aos cinco prisioneiros cubanos

Feliz Año Nuevo

La lucha por tu liberación continua

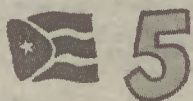
PRISIÓN FEDERAL DE LOMPOC - CALIFORNIA
NOVIEMBRE 26, 2002

PARA TODOS NUESTROS HERMANOS PORTUGUESES LLEGUE LA ETERNA Y SINCERA GRATITUD POR SU IMPORTANTE SOLIDARIDAD, Y EL ABRAZO REVOLUCIONARIO DE SUS CINCO COMPAÑEROS CUBANOS PRISIONEROS DEL IMPERIO:

Fernando, Ramón, Antonio, René y Gerardo.

¡A LUTA CONTINUA!

¡HASTA LA VICTORIA SIEMPRE!



Na carta que enviou ao Avante! em nome dos cinco, Gerardo Hernández juntou um postal de gratidão pela solidariedade prestada

• Leonel Gonçalves

O desafio de criar

Entrevista com António Modesto Navarro

Modesto Navarro, escritor comunista. Mais de trinta livros publicados. Mais a sua intervenção da palavra escrita, muitas das vezes aqui mesmo no nosso jornal. Para não deixar passar em branco ou em silêncio os casos que ocorrem em Lisboa, onde este transmontano radicou a alma e a vida e onde desenvolve a sua actividade profissional e política, sendo eleito na Assembleia Municipal de Lisboa. Mas foi de literatura que falámos nesta entrevista.

Avante! – Desde *Libelo Acusatório* (1968), a tua obra conta já com mais de 30 títulos, distribuídos por ficção, inquérito sociológico e testemunho e também poesia. Qual destas áreas te apraz mais? Porquê?

Modesto Navarro – As áreas de criação literária foram acontecendo à medida em que evoluía como cidadão e escritor. Primeiro foi a poesia e, de repente, no norte de Moçambique, em 1966, principiei a escrever ficção, para exprimir a memória, as experiências da infância e da juventude em Trás-os-Montes, a brutal vida de dois anos na Escola de Fuzileiros e em Lisboa, a ida à guerra colonial e aquela situação dolorosa e violenta em que me encontrava. Depois, em 1970/71, ao pretender fazer um filme sobre emigração e campesinato, em Trás-os-Montes, vimo-nos confrontados

mais incómodo (de que se aliviavam, engavetando-o juntamente com as ideias, sem grandes problemas de consciência...). **Avante!** – Como vês a tua evolução como escritor?

Modesto Navarro – Como homem e como escritor, convém dizer que não tive uma evolução fácil. Aos dez anos entrei como efectivo numa oficina, onde já trabalhava desde os oito. Poucos de nós estudavam, naquele tempo nefasto. Só quem tinha posses. O que nos terá valido foi a biblioteca da Câmara, que poucos utilizávamos na vila. Aos quinze anos, e digo isto para nos situarmos melhor, era mestre forjador nessa oficina e, entretanto, lá em casa líamos Victor Hugo, Redol, Ferreira de Castro, Pavese, Manuel da Fonseca, Eça e tantos, tantos outros escritores portugueses e estrangeiros que confrontávamos, na sua criação e histórias, com a realidade feudal e fascista desse tempo.

Dá, hoje, olhar para essa obra já escrita e publicada e descobrir que a minha motivação maior era rasgar horizontes, abrir espaços de fruição da vida e de criação de outros mundos que não tínhamos. Sem formação que não fosse a da prática do trabalho, do relacionamento com os operários e trabalhadores dos campos, das oficinas e do comércio, com os camponeses e com funcionários públicos, classes e grupos maioritários nessa altura, e com a prática das leituras (contrariadas e mal vistas, ao tempo...), é fácil descortinar que foi um caminho difícil, também agravado pela

crescendo da consciência social e cultural, face a um povo oprimido, explorado e diariamente destruído no que tinha e tem de melhor – o seu empenhamento no trabalho e no gosto de viver, o seu sentido de justiça e a ambição legítima de melhorar a vida; o combate ao fascismo, à opressão e a violenta situação que nos levava a perder os melhores de nós, na emigração e na guerra colonial; a luta pela liberdade, pela democracia e por um sistema diferente, pelo socialismo e pelo comunismo que sonhámos e legitimamente sonhamos; a denúncia da alta corrupção e da destruição dos sectores produtivos mais importantes para a independência do nosso país, com o cortejo de injustiças, de desemprego e de retrocesso que nos atormenta; contar histórias, abrir os livros da vida que todos havemos de criar e escrever, no quotidiano dos oprimidos e ignorados, afinal a gente mais viva e criadora, com quem vale a pena estar, combater e progredir.

Avante! – Como vês a realidade contemporânea: cultural, social e política? Perspectivas.

Modesto Navarro – Do ponto de vista cultural, a destruição da Secretaria de Estado da Cultura, até 1992, o abandono de políticas adequadas à descentralização em áreas como o teatro, o cinema, a música, a dança, as artes plásticas, e de apoio a estruturas associativas em todo o país, levou a um vazio que só tem sido colmatado pela acção de Associações, de Grupos e de criadores de cultura, por animadores e dirigentes locais e regionais, pelo poder local que está atento e participa no desenvolvimento cultural. O poder central está cada vez mais longe de tudo isso e propicia, assim, uma estupidificação acentuada das maiorias, facilitando o regresso de «elites», de minorias «clarividentes» e dominadoras face à «burrice» reinante.

Assim, dos pontos de vista cultural, social e político, impõe-se resistir e lutar, cada um de nós pela aprendizagem, pelo conhecimento e pela cultura; cada uma das classes, dos operários, dos trabalhadores em geral e das pequena e média burguesias, deve procurar entender o mundo em que vive, a memória das coisas e dos acontecimentos que é necessário reter e estudar para progredirmos.

Avante! – Que tens pretendido com os teus romances de chave, nomeadamente, «O Emblema Leonino» e «O Deputado»?

Modesto Navarro – Há questões cruciais na sociedade portuguesa. A destruição da vida cultural em democracia (objectivo essencial dos governos de Cavaco Silva, levado a cabo primeiro sob o sorriso «suave» e altamente perigoso de Teresa Patrício Gouveia e, depois, sob a batuta violenta e fascizante de Santana Lopes) foi vivida intensamente e contrariada em todo o País. Dá que tivesse escrito «O Emblema Leonino», não para falar do problema da pala do estádio do Sporting, na altura nas parangonas dos jornais, mas para descrever o sofrimento de quem trabalhava na SEC e via ir por água abaixo dezenas de anos de trabalho intenso e gratificante, com bandas e escolas de música, grupos de teatro, colectividades, clubes, associações e centros culturais, bem como nas áreas das artes plásticas, dos audiovisuais, da leitura, do património e em tantas outras. Foi um crime violento e cavaquista que valeu a pena denunciar, inventando a «primeira morte» política de Santana Lopes. Quanto a «O Deputado», é um romance que principiei a escrever no auge do cavaquismo, face à corrupção que enriquecia gente que



estava em altos poderes nas áreas da política e da economia. Gente que era de origem pobre e necessitada de projecção e de carreira, ou que já seria remediada, e que hoje ocupa lugares elevados na tabela dos ricos e potentados, nos negócios, na banca, em todos os lados onde haja mais lucros, especulação e corrupção a desencantar e a levar a cabo. Nada de novo. O poder, o dinheiro e o sexo (e as armas, e a droga, por exemplo...). Mas, antes, já tinha escrito «O Pântano» (1986) sobre a destruição das empresas na região de Lisboa e, em especial, nas duas margens do Tejo (CTM, Parry & Son, Lisnave, Companhia Portuguesa de Pescas, Companhias de Navegação e tantas outras empresas), que propiciaram negócios a «social-democratas» e a «socialistas» que por aí ainda andam, bem instalados na vida e em negócios florescentes. Paz às suas almas (deles, claro, que se foram nas andanças do poder e do dinheiro) e viva a chamada integração europeia e a «democracia» que ajuda a ampliar as diferenças entre os pobres e os ricos novos e velhos.

Sobre isto, escrevi outros livros, «Morte no Douro», «Fina Flor», e, em especial, «Aeroporto de Macau», numa outra abordagem de negócios profundos, que levam anos a desenhar e a pôr em prática, mas que dão muito dinheiro, poder e grandes perspectivas de novos negócios e influências e de uma vida boa e fácil, neste jardim tão à beira-mar plantado, em que até conseguem ser felizes depois de tudo o que fizeram e fazem.

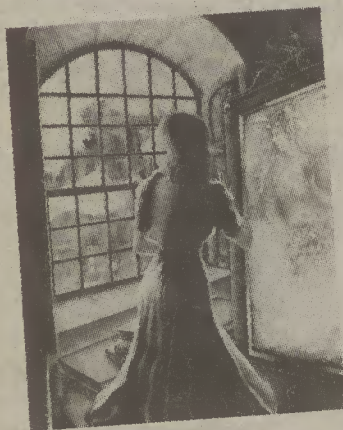
Avante! – Sendo como és um escritor que trabalha activamente, quais os teus projectos literários?

Modesto Navarro – Continuar vivo, a viver junto dos outros e com os outros, a minha família mais chegada e a minha grande família do Partido e de outros democratas a sério, que são transformadores, quem dera que o fôssemos todos os dias, juntos, meus amigos e camaradas, e podíamos ser, num Portugal de Abril, democrático e inovador, se não tivesse sido a acção nefasta dos que traíram a Revolução no que tinha de mais puro e promissor. Com esses, mal ou bem disfarçados, será sempre difícil fazer qualquer coisa que se veja pela paz, pelo progresso cultural, social, político e económico de Portugal e dos povos e países. Mas pronto, cá estaremos para ver. A experiência diz-nos que nos temos de voltar, em primeiro lugar, para os que trabalham, criam riqueza e são profundamente explorados e marginalizados. E, com esses, com os revolucionários e com aqueles que têm mil e uma razões para o serem, então ganharemos mais forças para fazermos unidade onde e quando for necessário e possível, para avançarmos na transformação da vida e do mundo.

Voltando à escrita: tenho originais para publicar. Um novo romance em Outubro, sobre Lisboa e pessoas que fizeram o 25 de Abril e sobre jovens lisboetas que sonham e se defrontam com a vida difícil do trabalho e da sobrevivência diária. Está em preparação a reedição de «Memória Alentejana», dois livros sobre a resistência e a reforma agrária nas terras do Alentejo, publicados em 1977 e 1978. E há outros originais para ultimar e também para escrever, desde que a saúde não falte, no gosto de viver e combater ao lado daqueles que todos os dias se levantam e podem olhar-se ao espelho, porque não traíram nem traem ideais e camaradas.

Modesto Navarro

HISTÓRIAS
DO
NORDESTE



Escritor

com a perseguição da GNR e o aparecimento de uma brigada da PIDE, o que me levou às entrevistas e aos inquéritos, ao trabalho de levantamento social e cultural, de gravador e caderno de apontamentos na mão. Mais tarde, em 1982, recuperei um romance «policial» que tinha escrito em 1966, em Moçambique, no lago Niassa, publiquei-o e retomei essa escrita que se adequava a casos de violência, destruição e corrupção então emergentes – droga, contrabando, destruição de empresas e ilegalidades através de negócios com essas empresas que eram desmanteladas e da banca desnacionalizada, então a ser vendida a retalho e, sobretudo, por grosso... Portugal transformava-se num enorme caso de polícia pela mão de «distintos» homens que de esquerda só tinham a mão e o pé desse lado cada vez

Modesto Navarro

LIBELO
ACUSATÓRIO



CAMINHO

repressão e pela censura. Em quatro livros publicados até 25 de Abril de 1974, dois foram proibidos e apreendidos: «História do Soldado que não foi Condecorado» e «Emigração e Crise no Nordeste Transmontano» – afinal livros sobre as questões nucleares e, de certo modo, mortais para o fascismo.

Todas as áreas de trabalho tiveram e têm as suas urgências e tempos próprios. A ficção é, hoje, a mais decisiva e importante para mim, porque me leva ao desafio de criar e de inventar, de construir pessoas e situações, de escrever histórias que mostrem e sejam, de algum modo, o outro lado da vida que gostaríamos de ter.

Avante! – Qual a profunda razão de ser dos teus livros?

Modesto Navarro – Uma enorme necessidade de inventar e de comunicar; o

Ciência & Tecnologia

Francisco Silva

À defesa?

Reconfortado na «minha» razão devido à iniciativa apadrinhada pelo Presidente da República? Sim, até certo ponto. E digo apenas até certo ponto, porque teremos ainda de ver a eficácia da ferramenta - ou seja, os seus resultados - para nela podermos vir a crer. Outras ferramentas têm sido mais ou menos tentadas para objectivos semelhantes e, quanto a resultados, nicles! Sim, até agora nada, caso contrário o diagnóstico poderia ser menos arrasador. Mas contudo reconfortado na medida em que não se deve nunca desistir da possibilidade de ver crescer a bola de neve até desembocar numa avalanche. A tal coisa do enquanto há vida há esperança.

Todo este circunloquiar para quê, a propósito de quê? Para procurar ganhar a atenção interpretativa do leitor para a criação, em finais de Novembro, de uma nova entidade: a «Cotec Portugal - Associação Empresarial para a Inovação». E também para procurar destrinçar o sentido

Brincar com coisas sérias

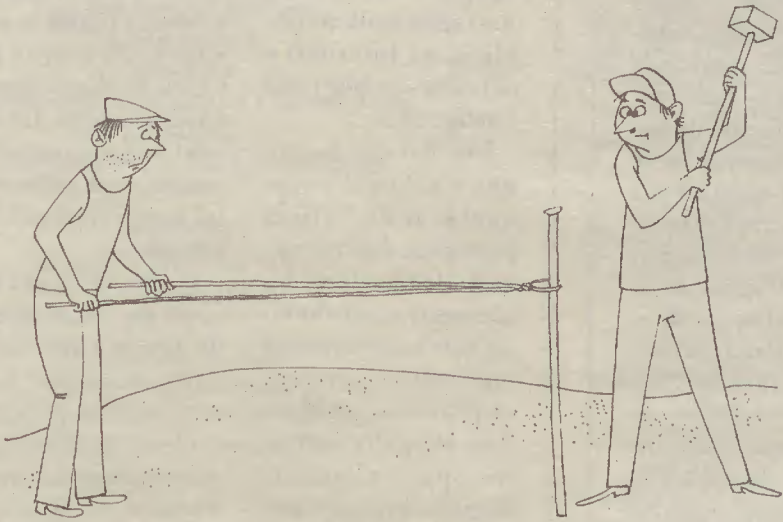
Jorge Sampaio, pelo que li num jornal, expôs a «minha» razão com meridiana clareza e de forma lapidar, ao frisar, a dado passo, que «a inovação é o mais importante factor de competitividade» e que «os “empresários de sucesso” são os que estão abertos «à inovação e à reestruturação que aumentam a produtividade e a competitividade». E o Presidente da República quis expressar estas afirmações por ocasião de uma iniciativa que assumiu a grande debilidade da inovação portuguesa, aliás, bem patente nas análises efectuadas a nível europeu. Já há muito o sabíamos. Agora foi oficializado por quem de direito. E com a promessa de se fazer alguma coisa.

Eu sei. O baixo preço dos produtos é apenas um dos factores de competitividade e, para muitos especialistas, nem sequer está no topo da lista em termos de importância. Sei mais: nem sequer os custos determinam por si só os preços. Sei ainda que os custos da força de trabalho representam apenas uma parte de todos os custos. Ou seja, que nem sequer a produtividade depende apenas da actividade, do suor e do receberem baixos salários por parte dos trabalhadores. Porque a produtividade está, isso sim, sobremaneira dependente dos processos de produção utilizados. E é aqui que está todo o busflis desta questão, a tal «minha» parte das razões.

Olhemos mais de perto para a inovação, que é o alvo da Cotec agora constituída. Por um lado, tem a ver com o que é produzido e com o seu desempenho, como ainda com a flexibilidade dos métodos e ferramentas de concepção dos produtos. Por outro lado, tem a ver com os processos de produção e, portanto, com a produtividade em termos de baixos custos e, por via dela, com a competitividade. Mas também tem a ver com outros importantes factores de competitividade, nomeadamente, com a manutenção de uma qualidade consistente e com a possibilidade de alteração rápida dos volumes de produção e dos produtos a fabricar.

Como se vê tudo questões dizendo basicamente respeito ao foro empresarial. Então, a pergunta: por que é que «a reforma do sistema de governação das universidades aproximando-o de um modelo de gestão empresarial é uma das medidas mais imediatas defendidas pelos empresários por entenderem que se trata de um ponto de bloqueio “fundamental” à inovação em Portugal», quando, justamente, as nossas empresas e os empresários são de facto o elo mais fraco? Isto enquanto o rabo do gato ficou de fora - não ficou? -, ao apontar-se, com algum pudor, como uma das respostas o «sensibilizar as empresas para o investimento em I&D».

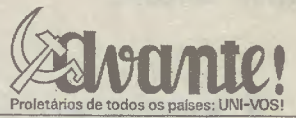
(Durão Barroso esteve lá e ficou-se pela estafada defesa do Código Laboral e pelo apelo a sindicatos e empresários para que não mantenham posturas do século XIX! A brincar com coisas sérias?)



de algumas declarações proferidas durante a cerimónia do seu lançamento. O modelo inspira-se na Fundação Cotec lançada em 1992 em Espanha, com o envolvimento do rei Juan Carlos, por um grupo de grandes empresas daquele país. Por cá, como se disse, foi a vez de Jorge Sampaio. Outra Cotec, seguindo um modelo semelhante, em fase de adopção em Itália.

Voltemos à «minha» razão. Seguramente uma razão de muitos. E uma razão aceite talvez mesmo por não poucos de entre os responsáveis económicos e políticos. Quase todos não o confessavam. Ou iam-no afirmando, mas sem actuar em conformidade. Pois, comecei de tal modo o texto para saudar o efeito de e conhecimento público (ou, pelo menos, o reconhecimento apenas em certa medida), por parte de quem esteve presente: um grupo de empresários/gestores de cerca de uma centena das maiores empresas portuguesas. Daí a eficácia do Presidente da República ao apadrinhar esta iniciativa.

Datas da História



AFIRMAÇÃO DE AMIZADE DIRECTIVAS PARA A ACCÇÃO

A VISITA DA DELEGACÃO DO PSUA CONSTITUIU EXPRESSIVA MANIFESTAÇÃO DE INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO.

SEM RECENSEAMENTO HONESTO NÃO HAVERÁ ELEIÇÕES LIVRES

A FUGA DE CAXIAS

OS EMIGRANTES PORTUGUESES E A LUTA PELA DEMOCRACIA

O PCP FOI O PRIMEIRO PARTIDO A ENTREGAR O PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO



A legalização do PCP

Que melhor prenda de Natal para os comunistas, ao findar 1974, o ano da Revolução? Em 26 de Dezembro, o Partido Comunista Português era o primeiro partido a entregar o processo de legalização, ao abrigo de legislação revolucionária que fazia o seu caminho na institucionalização da democracia.

Como podemos ler no *Avante!* do dia seguinte, «uma delegação do PCP, composta pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, Octávio Pato e Sérgio Vilarigues, do Secretariado do CC, Dias Lourenço, da Comissão Política, e Pedro Soares, do CC», deslocaram-se ao STJ, num acto cujo significado político o nosso jornal sublinhava:

«O partido dos trabalhadores, o partido da resistência que ao longo de 48 anos de fascismo viveu na mais feroz ilegalidade e pôs em prática formas das mais complexas na luta clandestina, é também hoje o primeiro a submeter-se à legalidade democrática e a cumprir as exigências da lei.

«O PCP já existe desde 1921. Nos cinco anos que mediou até ao advento da ditadura fascista o Partido teve a sua actividade legal e aberta mas, pela primeira vez, o pedido de legalização, subscrito por 6145 portugueses, se revestiu de uma certa solenidade.

«O acto de entrega da documentação para a legalização do PCP significa não somente que o Partido se submete à lei e se propõe acatá-la mas também velará firmemente para que seja respeitada e cumprida e, ainda, defenderá com todas as suas forças a legalidade democrática. Quando o povo exprime soberana e livremente a sua vontade, nenhum português e nenhuma força política tem o direito de violar a lei.

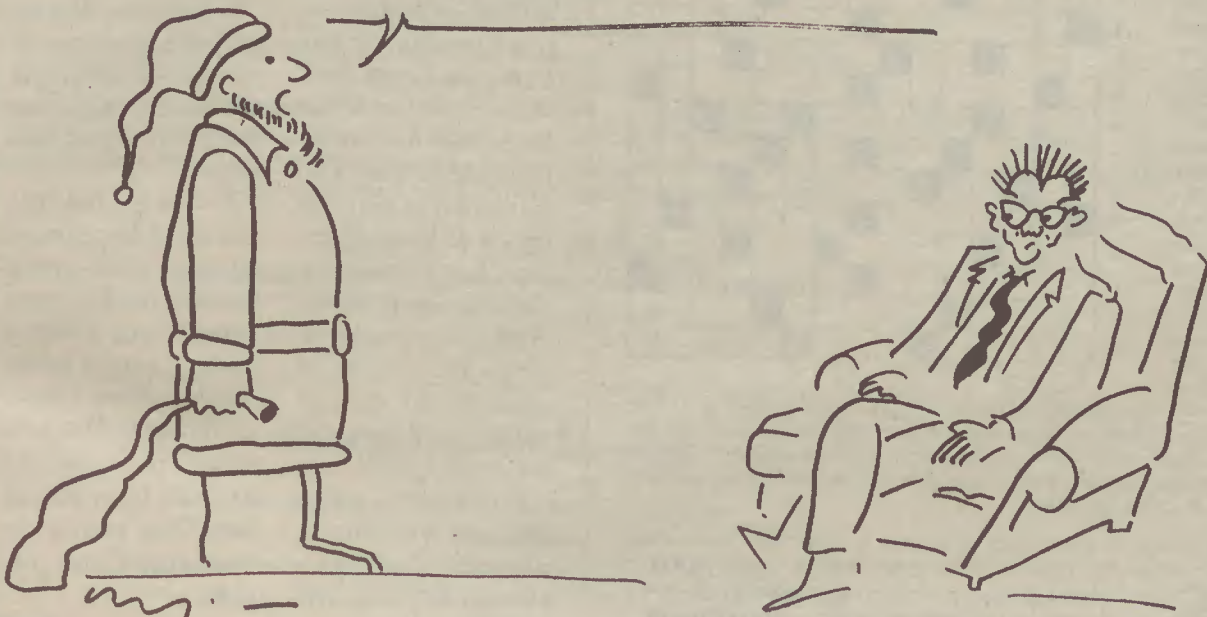
«Um novo passo foi dado - outros deverão dar-se - para que o nosso partido pense, trabalhe, se organize e se exprima em liberdade.»



Cartoon

Monginho

EM NOME DOS PAÍS NATAL DESTES PAÍS, SR. PRESIDENTE, VENHO NOMEA-LO PAI NATAL OFICIAL DO GOVERNO. PARABÉNS... O LUGAR ESTAVA VAGO DESDE 1974.



Religiões

• Jorge Messias

Destapar baterias é expressão da gíria militar que se fixou na nossa linguagem corrente. Como é sabido, significa que, por vezes, as mais tranquilas edificações (hospitais, creches, lares, moinhos, etc.) consideradas nichos de paz, podem revelar-se bases que albergam destruidoras bocas de fogo. Trata-se portanto, nesses casos, de uma nova versão da fábula do lobo mau revestido com a pele do inocente cordeiro.

Estas considerações vêm a propósito de uma entrevista concedida pelo padre José Maia, presidente da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social - UIPSS, pouco antes do dia 10 de Dezembro e

quem vai defender os trabalhadores somos nós... Alguns sindicatos estão atrasados 40 anos na sua forma de proceder... O país perdeu o Norte e o Estado está falido... tal como está, é uma entidade abstracta... o Estado perdeu o respeito (dos cidadãos)!» Depois, como é natural em termos empresariais, o padre Maia privilegiou nos seus ataques os sindicatos dos trabalhadores da Função Pública, área considerada como nuclear pela economia social da igreja: «Dizem-me que a função pública vai fazer uma greve?! Ela está em greve todos os dias!...» O destaque é nosso.

O protótipo

Compare-se a arrogância e a arbitrariedade destas afirmações com o tom piedoso normalmente adoptado pelos padres católicos da esfera socio-

Um discípulo de Escrivá



a propósito da realização da Greve Geral convocada pela CGTP/IN. As fontes que transcrevem as suas palavras estão acima de toda a suspeita.

José Maia respondia a uma pergunta formulada pelo *Programa Ecclesia*, na RTP2, acerca da greve que se aproximava, em termos insusceptíveis de serem desmentidos. Vamos, pois, recolher essas declarações no boletim oficial da Agência Ecclesia, Conferência Episcopal Portuguesa, n.º 893, de 10 de Dezembro de 2002. Declarou o padre José Maia: «Quanto aos sindicatos, têm de perceber que nós, como eles, também temos sentido de justiça social. Se não tivermos apoio do Estado, a questão complica-se. Quem tem força junto do Governo somos nós, é a União... (a UIPSS)... e

caritativa. Além de que José Maia nada tem a ver, no seu campo específico de intervenção, com os episódios das lutas de classe em que se enquadram as greves, sejam elas gerais ou parciais... Mas o padre Maia é, de facto, nesta fase aguda dos embates que vamos enfrentar, um prestigiado «senhor da guerra». O seu poder real ultrapassa as suas simples funções oficiais. Seguindo na pegada do seu antecessor - o padre Virgílio Lopes -, identificou-se com o Opus Dei no poderio do qual baseia a sua actuação. A UIPSS a que desde há vários anos preside reúne centenas de organizações confessionais e é essencialmente financiada pelo Orçamento do Estado. Trabalha «em rede» com a União das Misericórdias Portuguesas (cerca de 400 misericórdias), com a Pastoral da Acção Social e Caritativa (Cáritas, Mutualidades, Conferências de S. Vicente de Paula, etc.) e com a banca privada, nomeadamente com o grupo BCP, Montepio Geral, instituições do «lobby da caridade» (sobretudo italianas, espanholas, francesas e americanas), etc. Na área da banca semiprivada, tem relações privilegiadas com a Caixa Geral dos Depósitos. O padre Maia ocupa, igualmente, o lugar de presidente do Conselho de Administração da Fundação Evangelização e Culturas, fabulosa e pouco falada instituição presidida por D. José Policarpo que «potencia e coordena os patrimónios de toda a Igreja Católica Portuguesa e tem como competência principal a continuidade, valorização e consolidação dos laços religiosos, históricos e culturais mantidos (na Nação e no Império) desde há cinco séculos» (*Anuário Católico de Portugal, 2000/2001, pág. 884*). O padre Maia é um homem importante. Quem ouvir o seu discurso rude de camponês não o deve subestimar. Ele cultivava, de forma exemplar, a imagem e as maneiras do grande mestre fundador do Opus Dei, o padre Escrivá de Balaguer. O açúcar numa das mãos e o chicote na outra.

Final, falar no padre Maia não é só retratar uma pessoa. Ele é o protótipo, o modelo a seguir pela geração de dirigentes católicos que alastra pelas estruturas do poder do Estado. A Igreja e o Patronato numa só pele. Triturando mouros e cristãos. Ao serviço da ambição e do capital.

Pontos Cardeais

Actas

Com a publicação das actas transcrevendo o que se passou na Comissão de Inquérito Parlamentar às demissões da Polícia Judiciária rebentaram vários escândalos, de diferentes magnitudes e importância.

Passamos por cima dos mais irrelevantes (como o que, por exemplo, escandalizou o presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, por excertos das actas surgirem publicadas em jornais horas antes de serem lançadas no site da Assembleia da República, na Internet) e detenhamos nos mais significativos.

Um, é o que mostra que o actual director nacional da Polícia Judiciária, Adelino Salvado, fez declarações altamente contraditórias, quer consigo próprio quer com as declarações proferidas por Maria José Morgado, deixando-o particularmente fragilizado no alto cargo que ocupa à frente da Polícia Judiciária.

Outro, é o que também expõe a ministra da Justiça, Celeste Cardona, em hesitações e contradições que também a fragilizam o suficiente para se estranhar como é que continua em funções.

Quanto às actas propriamente ditas, não se mostraram produtoras de actos concretos, nomeadamente em matéria de conclusões...

Percentagens

Num balanço sobre os últimos dez anos de ensino em Portugal, publicado no Diário de Notícias, os resultados são aterradores. Numa década, o insucesso escolar em Portugal manteve-se praticamente na mesma: 45 por cento dos jovens entre os 18 e os 24 anos não finalizaram o secundário, o que nos coloca no último lugar entre os países da União Europeia. E os homens que não investem na sua formação surgem, pela primeira vez, em maior número do que as mulheres: 52 contra 38 por cento...

Entretanto, outro dado se evidencia, neste triste balanço: o sistema de ensino não

consegue responder às dificuldades económicas e à falta de referências culturais dos alunos. Ou seja: são inequivocamente os alunos provenientes de meios familiares de baixos rendimentos (portanto, cerca de metade da população...) que enfrentam maiores dificuldades no acompanhamento das aprendizagens...

Marés

A catástrofe prossegue, cada vez mais ampla e grave: chegou a terceira maré negra às costas da Galiza e, por enquanto, graças ao capricho dos ventos, nada avançou até às costas portuguesas embora, evidentemente, tal seja fortuito e circunstancial.

Entretanto, jaz no fundo do oceano (que é de todos e a todos atinge) a maior parte do combustível que naufragou com o *Prestige*, graças a inqualificáveis desleixos e indiferenças a nível internacional.

«Lacunas»

Os EUA, caninamente secundados pela Grã-Bretanha, já afirmaram que os relatórios iraquianos sobre armamentos têm «lacunas». Não dizem quais, nem onde ou porquê, mas garantem que isso é razão para se atacar o Iraque, dando início à ofensiva. E insistem nesta coisa extraordinária: o Iraque é que «tem o ónus da prova», ou seja, não são os inspectores da ONU que têm de provar que o Iraque tem - ou não tem - armas de destruição maciça, mas sim o Iraque que tem de os «convencer» que não tem.

É o que se chama resolver a quadratura do círculo - mostrar que não se tem uma coisa que, efectivamente, não se tem...

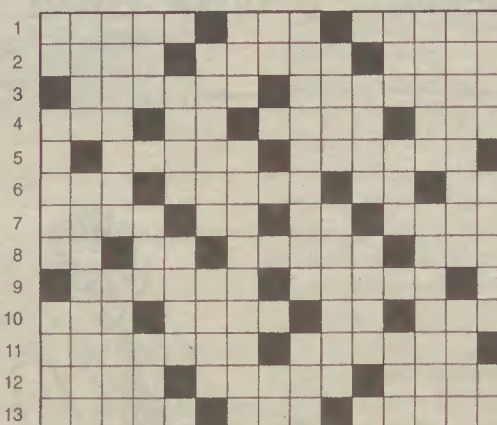
É claro que tudo isto não passa de pretextos grosseiros e indecorosos por parte dos EUA para concretizar, a todo o custo, o que há muito determinaram: a invasão do Iraque. Mas, pelo menos, por favor não queiram fazer passar todos os povos do mundo por idiotas chapados...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Espaço; abaixo de; aquele que governa na abadia. 2 - Cura; pele espessa de alguns animais; juntar. 3 - Estabelecimento termal; danificar. 4 - Contr. da prep. a com o art. def. o; grito aflitivo; criar ovos; patrão. 5 - Pedra dura geralmente lisa; dimensão de um corpo, a partir da base até à sua extremidade superior. 6 - Carne da parte inferior do lombo do porco; descanso religioso que, conforme a lei de Moisés, os Judeus deviam observar no sétimo dia da semana; prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações; sócio (s.q.). 7 - Espaço de 12 meses (pl.); a si mesmo; a minha pessoa; adapto. 8 - Sorri; ósmio (s.q.); agradável; interpretar por meio de leitura. 9 - Embati; dança e música popular afro-cubana com compasso binário, ritmo sincopado e muito variado. 10 - Relação; o m.q. eido; medida itinerária chinesa; hora do ofício divino, entre as sextas e as vésperas, que corresponde às 15 horas. 11 - Lado de um corpo entre a anca e as primeiras costelas; candeeiro de suspensão que se pode baixar ou descer por meio de uma corda ou corrente. 12 - Casta de uva branca e muito doce; sobrevir; ramagem. 13 - Penhor; empregasse para excitar ou animar; grande exaltação de ânimo.

VERTICAIS: 1 - Aquelas; tostar; ribanceira. 2 - Terreno inculto, coberto de plantas agrestes; que tem uma só cor. 3 - Força que actua sobre uma superfície; lutar os olhos em. 4 - Pátria (fig.); estrela; fileira. 5 - Nome do sinal de adição; fechar (as asas) para descer mais rapidamente. 6 - Arcas; recite. 7 - Sinal radiotelegráfico internacional para pedir socorro; qualidade de obeso. 8 - Designa alternativa; observei. 9 - Fanfarronar; nome de duas espécies de cotovias. 10 - Do feito de ovo; relativo à úvula. 11 - Ofício; título dado aos chefes de certas tribos mulçumanas e aos descendentes de Mafo. 12 - Estabelecimento particular ou dependência de hotel ou restaurante onde se servem bebidas; alguma; que não está cozido. 13 - Projectar. 14 - A mais dura e brilhante pedra preciosa, constituída pelo carbono puro e cristalizado; o m.q. ulmeiro. 15 - Engano; grande artéria que nasce no ventrículo esquerdo do coração e a partir da qual o sangue arterial é conduzido a todo o corpo; atmosfera.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Amplo; sob; abade. 2 - Sarraceno; adri. 3 - Ternas; avantar. 4 - Aço; at; ovari; amo. 5 - Seixos; altura. 6 - Sui; sabal; em; Na. 7 - Anos; se; eu; aplo. 8 - Ri; Os; saque; ter. 9 - Colida; ramba. 10 - Kol; aldo; It; noa. 11 - Ithar; carcel. 12 - Boal; advir; rama. 13 - Atras; eia; furor.
VERTICAIS: 1 - Ass; assar; rha. 2 - Malo; unicolor. 3 - Pressor; ohar. 4 - Lar; sol; ala. 5 - Mais; sarr. 6 - Caixa; diga. 7 - SOS; obsessão. 8 - Ou; vi. 9 - Bra; valem; cia. 10 - Oval; uvlar. 11 - Arte; emir. 12 - Bar; uma; cru. 13 - Adir; planar. 14 - Diamante; olmo. 15 - Erro; aorta; ar.

Bancas de Natal

Solidariedade activa

Almada

No Centro de Trabalho Concelhio (Pombal)
Quadros - Livros - CDs - Artesanato
No Centro de Trabalho do Laranjeiro
Artesanato - Bebidas - Mel - Livros

Bragança

No Centro de Trabalho no Bairro da Mãe d'Água em Bragança
Novidades literárias das editoras Caminho, Avante! e Campo das Letras
Haverá, também à venda garrafas de Vinho do Porto «Vintage» com 24 anos, de edição especial, limitada, do XII Congresso do PCP

Caneças

No Centro de Trabalho e todos os fins-de-semana no Mercado de Caneças
Livros infantis
Romances
Vários autores: Álvaro Cunhal e Manuel Tiago, Saramago, Alice Vieira, Daniel Sampaio, Casanova

Lisboa

Centro de Trabalho Vitória
4 a 30 de Dezembro

Artesanato variado

Colchas e lençóis de renda
Barros do Redondo - Cristais da Boémia
Tapetes de Minde - Serigrafias de diversos autores

e ainda

Queijos (Castelo Branco, Nisa, Serpa) - Porto da colheita de 1974 - Enchidos
Presunto - Doces regionais do Alentejo e da Madeira - Frutos secos - Mel
Horário de funcionamento:
2.ª a 6.ª-feira - das 12h00 às 15h00 e 17h00 às 21h00
Sábados - das 15h00 às 19h00
Domingo, 22 de Dezembro das 15h00 às 19h00

Odivelas

No Centro de Trabalho de Odivelas (Rua Guilherme Gomes Fernandes, 79, próximo do Convento D. Dinis)
Venda de livros infantis, romances policiais, políticos e outros
de autores como Alice Vieira, Álvaro Cunhal, Alves Redol, Ana Maria Magalhães, Daniel Sampaio, José Casanova, José Saramago, Manuel Tiago, Mia Couto

Porto Salvo

No Centro de Trabalho de Porto Salvo (Rua Domingos Pinto, 19 junto ao Campo do Atlético)
6 a 23 de Dezembro
Horário de Funcionamento
Das 15h00 às 19h00

Sacavém

No Centro de Trabalho De 14 a 19 de Dezembro
Das 20 às 22h, sábados 15 às 22h, domingos 15 às 19h
Exposição e Venda de Livros

Seixal

No Centro de Trabalho do Seixal
Livros, rum e muito mais...

Setúbal

No Auditório da Com. Concelhia de Setúbal (Av. 5 de Outubro, 35, 1.º)
Até 6 de Janeiro
Livros - Barros - Cristais - Bijuteria
Brinquedos - Materiais do Partido

Espaço Manifesto

Abriu, no dia 6 de Dezembro, no CT do PCP em Vila Franca de Xira o Espaço Manifesto, espaço polivalente, com música, jogos, debates, exposições, leitura e venda de jornais e livros, concertos, café, arte, política.

VOTOS PARA UM NATAL NOVO.



Passagens de Ano

Na Festa - na Adega da Quinta da Atalaia

Para além da sua própria ceia, apela-se a que cada um faça uma oferta para a mesa (bolo, doce, salgados, marisco, bebidas, etc.)
Haverá, ainda, assadores no Pátio e... música ambiente para dançar.
As inscrições são limitadas a 140 pessoas.

No CT de Vila do Conde

Com música e diversões
Champanhe, leitão, bacalhau e muito mais...
Inscrições (limitadas a 60 pessoas) e informações: Tel. 21.2233848

Maio 2003 em Cuba

Viagem de Solidariedade promovida pela Organização da Cidade de Lisboa (de 28 de Abril a 10 de Maio)

1.º PROGRAMA

Visitas a La Havana, Valle Viñales, Guama, Aldeia Taína, Cienfuegos, Trinidad, Santa Clara, Remédios, Varadero

2.º PROGRAMA

Visitas a Santiago de Cuba, Guadalajara (Praia)

Informações e inscrições: *Camarada César Roussado; CT Vitória - Tel. 213307000 ou CT Alcochete - Tel. 212340344*

Para esta viagem, promovida conjuntamente pela Direcção da Cidade de Lisboa, Comissão Concelhia de Alcochete e Comissão de Freguesia de Sacavém é feito um apelo à colaboração na recolha de medicamentos e material escolar (canetas, lápis, borrachas, cadernos escolares, esferográficas, régua, esquadros, compassos, etc.) a fazer chegar ao CT Vitória, Av. da Liberdade, 170, Lisboa

Viagem de 17 a 31 de Maio promovida pela Comissão Concelhia do Barreiro

Havana - Trinidad/Cienfuegos - Varadero
Contacto: *CT do Barreiro (212075125) e cam. Adelaide (212168755)*

Cruzeiro no Douro

Promovido pela célula do Centro de Trabalho Vitória

3 e 4 de Maio

Preço por pessoa: em quarto duplo ou triplo - 187 € (quarto individual + 17,5 €) (inclui transporte, hotel de 3 estrelas, pequenos-almoços, 2 almoços e 1 jantar)

Inscrições:
junto das camaradas Luísa Martins - Deonilde - Conceição Caeiro

Passagem de Ano na Festa na Adega da Quinta da Atalaia

Amora - Seixal

Jantar e ceia - 23€

Gambas, carne assada, sumos e vinhos, champanhe, caldo verde, frutos frescos e secos, bolo-rei

apelando-se a que cada um faça uma oferta para a mesa (bolo, doce, salgados, marisco, bebidas, etc.)
Haverá assadores no Pátio e... música ambiente para dançar.

Contactos:

Diamantino Reis - 213216040
Agostinho - 213508874
Esperança - 213226962
César - 217953000
Fátima - 213215120

Passagem do Ano em Vila do Conde no Centro de Trabalho do PCP
Com música e diversões várias
Champanhe, leitão, bacalhau e muito mais...
Inscrições (limitadas a 60 pessoas) e informações:
Tel. 21.2233848

ATVer

O Grande Ditador

(Quinta-feira, 26.12.02, RTP-2)
A RTP continua, nesta quadra natalícia (em boa hora, sublinhe-se), a exibir um pequeno ciclo dedicado a Charlie Chaplin. Hoje, apresenta **O Grande Ditador**, um dos seus filmes mais emblemáticos e determinantes na própria história cinematográfica do autor, pois é o seu primeiro filme sonoro, após uma longa «resistência» a mudar para esta grande revolução na arte cinematográfica. **O Grande Ditador** é uma das obras máximas do génio de Chaplin. Rodando em segredo Chaplin, então no auge da sua fama, resistiu a todas as pressões e ameaças e levou a sua frente: em Outubro de 1940, pouco mais de um ano após a invasão da Polónia pelos nazis e o início da II Guerra Mundial, estreava-se nos EUA **O Grande Ditador**, a mais delirante, comovida e corajosa sátira a



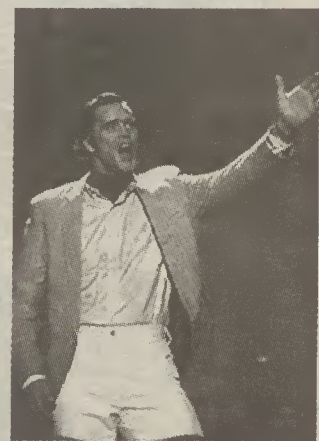
O Grande Ditador é uma das obras máximas do génio de Charlie Chaplin

uma angústia contagiante, sobre um comediante que, na vida real, criou métodos originais de pura provocação e subversão dos limites da comédia, do humor e da excentricidade. A principal característica do «biografado» neste filme era a capacidade de invenção de incriveis ilusões de si próprio e sobre si próprio, assumindo as mais bizarras e divertidas personalidades num constante e quase demencial jogo de faz-de-conta, onde era cada vez mais difícil saber quem era o verdadeiro Andy Kaufman.



Soltem as Estrelas é um drama psicológico no feminino em torno de uma mulher no limiar dos 60 anos

Hitler, ao seu regime tirânico e às suas sinistras ideias políticas. Tudo isto através da história de um insignificante barbeiro judeu que, devido às suas semelhanças físicas com o ditador (extraordinária, a criação do duplo papel por parte de Chaplin), acaba por tomar o seu lugar e o denunciar publicamente no célebre discurso final que comoveu o mundo, na altura (e que só passou em Portugal após o 25 de Abril, onde era aplaudido pelas numerosas plateias que acorriam a vê-lo). **O Grande Ditador** é ainda um filme de sátira burlesca mas é já um filme sonoro (e em toda a plenitude deste registo), pensado e escrito como tal, onde a imortal personagem do vagabundo se dissipa de vez sob a personagem do barbeiro e Chaplin aproveitava, agora, para explorar a força da palavra e jogar admiravelmente com os mitos em jogo – o de Charlot e o de Hitler –, num fantástico jogo de transferências e duplicidades. Um filme absolutamente genial.



Homem na Lua é um drama biográfico sobre o original comediante Andy Kaufman

ga no limiar dos 60 anos.

Bananas

(Terça-feira, 31.12.02, RTP-2)
Referência para este **Bananas**, um dos primeiros filmes da fecundíssima carreira de **Woody Allen**, ainda num registo de grande farsa ecoando memórias da grande comédia de *non sense* norte-americana (com relevo para os irmãos Marx), mas sempre com o cunho pessoalíssimo de **Woody Allen**, aqui caricaturando os regimes fantoches latino-americanos e, de caminho, a psicose anti-castrista alucinada que, então, começava o seu caminho nos EUA.

Superman 2: a Aventura Continua

(Terça-feira, 31.12.02, RTP-2)
Dois anos após o estrondoso sucesso das (novas) aventuras do Super-Homem no cinema – numa grandiosa produção de 1978, que pagou uma fortuna a Marlon Brando apenas para entrar nos 10 minutos iniciais como o pai (Jor El) do super-herói –, chega aos ecrãs de todo o mundo a esperada seqüela, este **Superman 2: a Aventura Continua**. Desta vez, o super-herói originário do planeta Krypton e instalado (pois claro!) nos EUA «para defender o modo de vida americano» (como não se cansa ele próprio de dizer) enfrenta três criminosos originários do seu planeta (e, portanto, igualmente portadores de superpoderes), que quase dominam a Terra, embora o Super-Homem, com inteligência e determinação, os consiga finalmente derrotar. Realizado pelo britânico **Richard Lester**, este segundo filme da saga assume um tom de evidente paródia mordaz e irónica, que aligeira a solenidade quase hierática do primeiro filme.



Neste segundo filme da saga do Super-Homem o humor e a ironia instalam-se descontraidamente na ficção

Homem na Lua

(Sexta-feira, 27.12.02, RTP-1)
Homem na Lua é um drama biográfico sobre um dos comediantes mais insólitos, *sui generis* e desconcertantes de sempre no mundo do espectáculo norte-americano: **Andy Kaufman**. Quem lhe dá corpo (numa criação fabulosa) é o actor **Jim Carrey** e quem o recria é o realizador **Milos Forman**, que mais uma vez se mostra um «biógrafo» criativo e talentoso de personalidades conhecidas, pondo de pé um estudo psicológico, ao mesmo tempo de um humor irresistível e de



Rex, o Cão Policia (este eternamente na SIC)

Catarina.com ao sábado, na despedida de Catarina Furtado da SIC

Quinta, 26

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 O Mundo Perdido (Filme)
- 16.00 «Se Você Acreditar» (Filme)
- 17.45 RTP Crianças
- 18.15 Quebra-Cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.00 O Elo Mais Fraco
- 22.15 «Ana e o Rei» (Filme)
- 00.45 24 Horas
- 01.00 -O Regresso a casa- (Filme)

RTP2

- 07.00 RTP Crianças
- 12.00 Meu Pé de Laranja-Lima
- 12.55 Companhia dos Animais
- 13.00 Histórias de Cá e de Lá
- 13.45 Meu Querido Avô
- 14.15 Alves dos Reis
- 15.00 Informação Gestual
- 16.30 Horizontes da Memória
- 17.00 Berlin's Jewish Museum
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 «Gremilins – Pequeno Monstro» (Filme)
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Jesse
- 21.00 Aprender a Ser Pai
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Jack e Jill
- 24.00 «O Grande Ditador» (Filme)
- 01.50 Lupin III

SIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 10.00 Uma Aventura
- 11.30 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Rex, o Cão Policia
- 15.00 As Duas Por Três
- 16.30 Olhar da Serpente
- 17.45 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Beijo do Vampiro
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.45 Não Há País
- 23.00 Esperança
- 24.00 O Melhor do Herman SIC
- 02.00 Histórias da Cidade
- 03.00 Air America

TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.00 BB Famosos
- 16.15 BB Extra
- 17.10 Vidas Reais
- 19.00 Tudo por Amor
- 19.30 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 BB Famosos
- 22.45 Amanhecer
- 22.15 Anjo Selvagem
- 24.00 Vidas Reais
- 01.00 Ally McBeal
- 02.00 «O Convidado» (Filme)

Sexta, 27

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 O Mundo Perdido (Filme)
- 16.00 «Academia de Polícia 6» (Filme)
- 17.45 RTP Crianças
- 18.15 Quebra-Cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.00 O Elo Mais Fraco
- 22.00 «O Homem na Lua» (Filme)
- 22.30 «Piloto de Elites» (Filme)
- 23.45 Concerto – U2
- 00.45 24 Horas
- 01.00 O Fugitivo
- 02.00 24 Horas
- 02.15 Paraíso Filmes

RTP2

- 07.00 RTP Crianças
- 12.00 Meu Pé de Laranja-Lima
- 12.55 Companhia dos Animais
- 13.00 Histórias de Cá e de Lá
- 13.45 Meu Querido Avô
- 14.15 Alves dos Reis
- 15.00 Informação Gestual
- 16.15 Gente da Cidade
- 16.45 2010
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 «César, o Conquistador» (Filme)
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Jesse
- 21.00 Aprender a Ser Pai
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Sinais do Tempo
- 24.00 «Um Rei em Nova Iorque» (Filme)
- 01.50 Lupin III

SIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 10.00 Uma Aventura
- 11.30 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Rex, o Cão Policia
- 15.00 As Duas Por Três
- 16.30 Olhar da Serpente
- 17.45 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Beijo do Vampiro
- 20.00 Jornal da Noite
- 22.15 Os Recordes do Guinness
- 23.15 «O Negociador» (Filme)
- 02.15 O Fim do Mundo
- 03.15 Air America

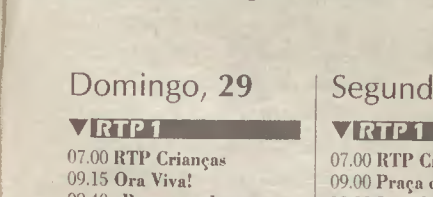
TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.00 BB Famosos
- 16.15 BB Extra
- 17.10 Vidas Reais
- 19.00 Tudo por Amor
- 19.30 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 BB Famosos
- 22.00 Amanhecer
- 24.00 Vidas Reais
- 01.00 David Copperfield» (Filme)



Diana Krall pode ouvir-se no domingo (à noite, na RTP2)

«Big Brother», o trunfo da TVI para todas as pequenas e grandes ocasiões



Domingo, 29

- 07.00 RTP Crianças
- 09.15 Ora Viva!
- 09.40 «Promessa de Fantasma» (Filme)
- 12.30 Horizontes da Memória
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 «Sardilhos com as Gémeas» (Filme)
- 16.00 «Para Sempre Cinderela» (Filme)
- 18.30 Camilo, o Pendura
- 19.40 A Minha Sogra É uma Bruxa
- 20.00 Telejornal
- 21.45 O Elo Mais Fraco
- 22.55 «Eu e a Minha Mãe» (Filme)
- 19.30 A Minha Sogra É uma Bruxa
- 20.00 Telejornal
- 21.30 Mega Preço Certo em Euros
- 22.30 «Jonathan dos Ursos» (Filme)
- 00.30 Concerto – Robbie Williams
- 01.30 «Soltem as Estrelas» (Filme)

RTP2

- 07.00 RTP Crianças
- 08.00 Brasil – Um País Tropical
- 09.00 Expresso Maurítania
- 09.30 RTP Crianças
- 11.45 Meu Pé de Laranja-Lima
- 13.00 Companhia dos Animais
- 13.15 Histórias de Cá e Lá
- 13.45 Meu Querido Avô
- 14.15 Alves dos Reis
- 15.00 Informação Gestual
- 16.30 «A Desforra de Hércules» (Filme)
- 18.00 Informação Religiosa
- 19.00 Para Além de Babel
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Jesse
- 21.00 Aprender a Ser Pai
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Começar de Novo
- 24.00 «Manhattan» (Filme)
- 01.40 Lupin III

SIC

- 07.00 Infantil
- 12.00 BBC Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal



Bono e os U2 passam sábado à noite na RTP2

- 14.00 «Annie» (Filme)
- 16.00 «Um Encontro a Três» (Filme)
- 18.00 «Caserna dos Calóes» (Filme)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Herman SIC
- 00.45 «A Cidade dos Malditos» (Filme)
- 02.45 Bonga

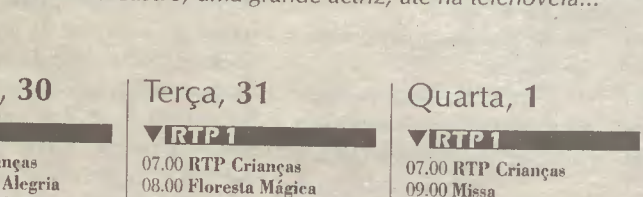
TVI

- 07.30 Super Batatoon
- 09.30 Sempre a Abrir
- 11.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 14.45 Noite de Estrelas
- 15.45 Filme (Não designado)
- 18.45 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Big Brother
- 22.15 A Jón de África
- 23.15 O Último Beijo
- 00.15 «Pleasantville – Viagem ao Passado» (Filme)
- 02.30 Assas nos Pés

TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.00 BB Famosos
- 16.15 BB Extra
- 17.10 Vidas Reais
- 19.00 Tudo por Amor
- 19.30 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 BB Famosos
- 21.45 A Jón de África
- 22.45 Amanhecer
- 23.45 Anjo Selvagem
- 00.30 Vidas Reais
- 01.30 Fichitos Secretos
- 02.30 1.ª Vaga

Isabel de Castro, uma grande actriz, até na telenovela...



Segunda, 30

- 07.00 RTP Crianças
- 09.00 Praça da Alegria
- 10.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Praça da Alegria
- 17.00 «O Filho da Pantera Cor-de-rosa» (Filme)
- 18.45 A Minha Sogra É uma Bruxa
- 19.15 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.30 Sorte Grande
- 22.00 O Elo Mais Fraco
- 23.00 «Jonathan dos Ursos» (Filme)
- 00.30 Concerto – Robbie Williams
- 01.30 «Soltem as Estrelas» (Filme)

RTP2

- 07.00 RTP Crianças
- 08.00 Brasil – Um País Tropical
- 09.00 Expresso Maurítania
- 09.30 RTP Crianças
- 11.45 Meu Pé de Laranja-Lima
- 13.00 Companhia dos Animais
- 13.15 Histórias de Cá e Lá
- 13.45 Meu Querido Avô
- 14.15 Alves dos Reis
- 15.00 Informação Gestual
- 16.30 «A Desforra de Hércules» (Filme)
- 18.00 Informação Religiosa
- 19.00 Para Além de Babel
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Jesse
- 21.00 Aprender a Ser Pai
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Começar de Novo
- 24.00 «Manhattan» (Filme)
- 01.40 Lupin III

SIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 10.00 Uma Aventura
- 11.30 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Rex, o Cão Policia
- 15.00 Duas por Três
- 16.00 Olhar da Serpente
- 17.00 O Men Nome É Ágata
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Beijo do Vampiro
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Esperança
- 22.45 Especial Herman Fim-de-Ano
- 00.30 «A Vingança de Porky» (Filme)
- 02.45 Donna Sotto Stella

TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Rex, o Cão Policia
- 15.00 Duas por Três
- 16.00 Olhar da Serpente
- 17.00 O Meu Nome É Ágata
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Beijo do Vampiro
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Esperança
- 22.45 Especial Herman Fim-de-Ano
- 00.30 «A Vingança de Porky» (Filme)
- 02.45 Donna Sotto Stella

TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Rex, o Cão Policia
- 15.00 Duas por Três
- 16.00 Olhar da Serpente
- 17.00 O Meu Nome É Ágata
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Beijo do Vampiro
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Esperança
- 23.00 Miss Mundo
- 24.00 «Somersby, O Sonhador de Um Estranho» (Filme)

TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.00 BB Famosos
- 16.15 BB Extra
- 17.10 Vidas Reais
- 19.00 Tudo por Amor
- 19.30 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 BB Famosos
- 21.45 A Jón de África
- 22.45 Amanhecer
- 23.45 Anjo Selvagem
- 00.30 Vidas Reais
- 01.30 Fichitos Secretos
- 02.30 1.ª Vaga

Terça, 31

- 07.00 RTP Crianças
- 08.00 Floresta Mágica
- 10.00 Circo Máximo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Sequim de Ouro (2.ª Parte)
- 16.00 Viva 2003
- 18.45 Os 3 Gémeos Nascidos num Comboio da CP
- 19.15 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca
- 21.30 O Elo Mais Fraco
- 22.30 Especial Fim de Ano
- 01.00 «Nadine, Um Amor à Prova de Bala» (Filme)
- 02.30 «O Desastrado» (Filme)

RTP2

- 07.00 RTP Crianças
- 11.45 Meu Pé de Laranja-Lima
- 12.30 Companhia dos Animais
- 13.00 Histórias de Cá e Lá
- 13.30 Nico d'Olbra
- 14.00 Alves dos Reis
- 15.00 Informação Gestual
- 16.00 «Superman II – A Aventura Continua» (Filme)
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Onda Curta
- 19.00 Escape From Earth
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Jesse
- 21.00 Aprender a Ser Pai
- 21.30 Os Simpsons
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Trizange, Le Cirque en Liberté
- 23.45 Especial Fim-de-Ano da Madeira
- 00.15 «Bananas» (Filme)

SIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 10.30 Uma Aventura
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Rex, o Cão Policia
- 15.00 Duas por Três
- 16.00 Olhar da Serpente
- 17.00 O Men Nome É Ágata
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Beijo do Vampiro
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Esperança
- 22.45 Especial Herman Fim-de-Ano
- 00.30 «A Vingança de Porky» (Filme)
- 02.45 Donna Sotto Stella

TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 11.00 Mensagem de Natal do Papa
- 14.00 Missa
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Gala Big Brother
- 17.15 Filme (Não designado)
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 BB Famosos
- 22.00 Amanhecer
- 23.00 Anjo Selvagem
- 23.45 Filme (Não designado)
- 01.00 Filme (Não designado)

Quarta, 1

- 07.00 RTP Crianças
- 09.00 Missa
- 11.30 Circo Máximo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Sequim de Ouro (2.ª Parte)
- 16.30 Concerto de Ano Novo
- 19.15 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Mensagem de Ano Novo do PR
- 21.15 O Elo Mais Fraco
- 22.15 «A Menina da Rádio» (Filme)
- 00.30 Circo da Meia-Noite
- 01.45 24 Horas
- 02.00 «Que Rica Encantada» (Filme)

RTP2

- 07.00 RTP Crianças
- 12.00 Concerto no Scala de Milão
- 14.30 Missão Natureza
- 15.00 Informação Gestual
- 16.00 «A Princesa dos Labrões» (Documentário)
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Bomborlo
- 19.00 Jubileu da Rainha
- 20.00 Aprender a Ser Pai
- 21.30 Os Simpsons
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 A Educação de Max Bieckford
- 24.00 «As Faces de Harry» (Filme)
- 02.30 Lupin III

SIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 A Minha Família é uma Animação
- 12.30 Uma Aventura
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Formiga Z (Filme)
- 16.00 «O Regresso de Lassie» (Filme)
- 18.00 «Acção em Hong-Kong» (Filme)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.45 «Gizolo Profissional» (Filme)
- 24.00 «Perigosa Sedução» (Filme)
- 02.30 «Santa Cláudia» (Filme)

TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 11.00 Mensagem de Natal do Papa
- 14.00 Missa
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Gala Big Brother
- 17.15 Filme (Não designado)
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 BB Famosos
- 22.00 Amanhecer
- 23.00 Anjo Selvagem
- 23.45 Filme (Não designado)
- 01.00 Filme (Não designado)

TVisto

Correia da Fonseca

O ministro e o farrapo

Meses depois de ter declarado guerra de extermínio não apenas à RTP mas também à eventualidade de um serviço público de televisão com utilidade nacional, o ministro Nuno Morais Sarmento veio a público ditar a sentença. Da sua execução irão decorrer consequências de vária ordem, algumas das quais ainda estão semi-imersas no nevoeiro de fórmulas vagas que o senhor ministro achou adequado utilizar. Outras, porém, já surgem com contornos suficientemente definidos, e é designadamente o caso das que se situam na área financeira. Vale a pena, sem a menor dúvida, fixar-lhes as linhas decisivas e delas extrair as moralidades ou imoralidades finais.

No princípio era o défice, cujas exactas dimensões não chegaram a ser averiguadas com rigor e, digamos, com inteira probidade. De qualquer modo, sabe-se que era grande, o que foi intensamente repetido, e que para a sua constituição contribuíram, mais que quaisquer outros factores, práticas desastrosas dos governos PSD/Cavaco Silva, o que foi modestamente omitido pelo actual Governo em geral e pelo dr. Nuno em especial. Ora, com vista à redução do défice encontraram os actuais poderes (governo/administrações) dois remédios para cuja aplicação parecem estar particularmente vocacionados: a transferência de trabalhadores para o crescente batalhão de desempregados e a pilhagem em favor da RTP de uns saldos de gestão positivos que a RDP tem vindo a apresentar. Para este segundo desiderato, mas porventura não apenas para ele, cuidou o governo de que o presidente do conselho de administração da RTP seja também o presidente do conselho de administração da RDP. Feito isto, não consta que entre os dois presidentes, isto é, entre o dr. Almerindo e o dr. Marques, se tenham suscitado graves dissensões, prevenido-se que o senhor ministro Nuno tenha o cuidado de patentear esta admirável forma de suscitar consensos e conseguir acordos, especialmente difíceis entre duas empresas quando uma cai sobre a outra e lhe empalma os dinheiros. Acontecendo, porém, que os tais superávites de gestão eram magros, decidiu o senhor ministro mandar engordá-los e, para isso, agravar em 15% a taxa do rádio, que aliás já vinha desde tempos imemoriais a ser objecto de contestação.

Desse modo se permitirá que a redução do défice da RTP seja mais substancial. Ou melhor: se permitira. A questão é que o dr. Nuno foi sensível aos

lamentos e reclamações de uma parte muito significativa da chamada sociedade civil, porventura até a sua mais preciosa parte, e decidir amputar a RTP de uns sete milhões de contos/ano de receitas publicitárias que poderão ser partilhadas pela SIC do dr. Balsemão e a TVI do dr. Pais do Amaral,

A talhe de foice

• Henrique Custódio

A decisão

A decisão governamental em relação à RTP deixou o País (mais uma vez) perplexo e o futuro dos dois canais públicos de televisão obscuro como nunca, em particular o da chamada RTP-2. Resumidamente, o Governo anunciou duas coisas. Uma, que o Canal-1 continuará com a sua vocação generalista, financiado pelo Orçamento de Estado (embora não se diga em quanto) e com redução da publicidade na programação que tenderá até à mera apresentação da chamada «publicidade institucional», ou seja, até à completa extinção desta forma de autofinanciamento por parte do canal público de televisão.

Outra, que o Canal-2 continuará «público» mas financiado pelo Estado com metade da verba até aqui nele gasto (sem que nada fosse quantificado), enquanto as suas direcção, programação e etc. serão entregues... à sociedade civil.

Os dois canais privados aplaudiram a mãos ambas, com os seus representantes a disfarçar a gula que lhes inundava os rostos através de adversativas da mais duvidosa sinceridade, género «é sem dúvida um passo no bom caminho, mas...». E o caso não é para menos: finalmente, chegou um Governo que teve a «coragem» (para não falar em desfaçatez) de dar passos concretos na entrega do bolo publicitário aos operadores privados de televisão, deixando aos contribuintes a obrigação de pagar todo o serviço público.

Entretanto, de caminho, o Governo abriu igualmente a RTP-Internacional e a RTP-África a «conteúdos produzidos pela SIC e pela TVI» (que assim se expandem, a expensas do erário público, por estas duas estratégicas cadeias internacionais de difusão) e entregou aos governos regionais da Madeira e do Açores os respectivos canais regionais que a RTP lá detinha, embora a estação pública continue a pagar, «inicialmente», 50% do capital necessário para que estes dois «centros regionais de televisão» funcionem...

Como se vê, nada mau. Para os privados e para João Jardim, é claro, que assim viram, finalmente, começar a ser satisfeitas as suas principais exigências, enquanto os que defendem a manutenção do serviço público da RTP ficam, aparentemente, sem margem para protestar: a RTP continua «do Estado» (embora, na prática e no essencial, o que na RTP continua efectivamente do Estado são as contas a pagar...).

Nisto tudo, já damos de barato a apressada transferência da RTP e da RDP para um edifício no Parque EXPO, negócio misterioso que envolve a venda das instalações originais das duas empresas e a compra de um edifício tipo «elefante branco» que, na endividada empresa da Parque EXPO, consta que estava por lá a pesar bastante...

Nisto tudo — que o ministro Morais Sarmento apresentou com a sua já famosa truculência engravatada —, sobra um destino misterioso para a RTP-2.

A RTP-2 continuará a ser «serviço público», mas «entregue à sociedade civil».

O País ficou estupefacto. Onde mora a «sociedade civil»? Que rosto tem? O que é que faz na vida? É evidente que a «sociedade civil» não existe e até o ministro Morais Sarmento sabe isto. O que realmente existe «na» sociedade civil são interesses privados, que podem ser muito legítimos (como é o caso de instituições culturais ou de solidariedade social, por exemplo), mas nunca deixam de ser «interesses privados» e, como tal, parcelares, unívocos, dependentes, parciais, contraditórios e potencialmente conflituosos. Como é que tais interesses podem avançar para um canal de televisão e tomar conta dele, ainda por cima sem qualquer hipótese de retorno, já que a exploração comercial está vedada à RTP-2?

Assim sendo, restará ao Canal-2 ficar completamente pendurado de uma entidade que, ou nunca aparecerá (e, portanto, há que aliená-lo daqui a uns tempos) ou, se aparecer, terá por trás, obviamente, os interesses da «sociedade civil» que domina o ramo: os operadores privados de televisão...

Carlos Carvalhas interroga Durão Barroso no Parlamento

«Chega de propaganda»

«Esta política é inaceitável e intolerável», afirmou Carlos Carvalhas numa interpelação a Durão Barroso, apelando ao fim dos cortes no investimento público produtivo para combater os factores de recessão.

«Pode o senhor primeiro-ministro informar a Assembleia da República quanto custa ao erário público os vencimentos e as mordomias dos novos gestores hospitalares?», perguntou Carlos Carvalhas, numa questão enviada a Durão Barroso, na quinta-feira.

«Chega de propaganda», pede Carvalhas. «Numa carta aos membros do seu Governo, o senhor primeiro-ministro dava um prazo máximo de três meses para cessarem as mordomias, tais como a concessão de empréstimos sem juros, a compra de veículos, a realização de seguros e a utilização de cartões de crédito. Era uma tentativa de mostrar que o Governo dava o exemplo. Os três meses passaram, e ao que sabemos tal decreto ainda não tem vida e

as mordomias mantêm-se», denuncia.

«Sem nada alterar na organização e funcionamento hospitalar o Governo transformou estas unidades em empresas de capitais públicos e, ao mesmo tempo, sem grande alarido, nomeou um conjunto de boys de cartão laranja e designou para

«cada unidade hospitalar nada mais nada menos do que três gestores com os respectivos vencimentos e mordomias principescas, ao arripio da qualificação técnica existente tanto no corpo médico, como no corpo administrativo», adianta.

«É uma vergonha», classifica o secretário-geral do PCP. «É a contenção das despesas à moda do PSD. Por este andar ainda vai vender

os Jerónimos, a Torre de Belém e os Clérigos para pagar as despesas», comenta.

Manifestando-se contra a submissão ao Pacto de Estabilidade, a concentração de riqueza, o agravamento de impostos, a política de liquidação de direitos e de confronto com o mundo do trabalho, o líder do PCP defendeu que «o País precisa de uma política de respeito e dignificação de quem trabalha e de qualificação dos trabalhadores», bem como o efectivo combate à evasão fiscal.

«Em vez de vender os anéis, Portugal precisa de conservar na esfera do interesse público alavancas fundamentais da economia», sustentou Carlos Carvalhas, propondo o «estímulo às actividades produtivas, de valorização e defesa da produção nacional, de desenvolvimento científico e tecnológico».

Pequenas empresas

Carlos Carvalhas interrogou ainda Durão Barroso sobre o Programa Específico de Apoio às Pequenas e

Médias Empresas, recordando que a ajuda a este tipo de firmas se traduziu no Pagamento Especial por Conta que penaliza sobretudo as micro e pequenas empresas, designadamente as que têm uma margem bruta reduzida e um grande volume de vendas.

«Não entende o Governo que, face a esta injusta situação, se impunha a realização até 31 de Janeiro de um estudo de análise das consequências por sector de actividade e escalão de dimensão das empresas, para que se verificasse uma correcção atempada?», pergunta Carvalhas.

Os aumentos da carga fiscal para as micro e pequenas empresas atingem em alguns sectores cerca de 260 por cento e 1100 por cento, respectivamente, e a possibilidade de reembolso da parte não deduzida «é pura ficção». «Condicionar o reembolso a uma inspecção solicitada e paga pelas empresas, significa a eliminação prática do reembolso para as micro empresas (e mesmo médias empresas)», declara Carvalhas.

Tribunal Constitucional declara

Rendimento Social de Inserção é inconstitucional

O Tribunal Constitucional declarou inconstitucional o diploma do Governo que substituiu o Rendimento Mínimo Garantido pelo Rendimento Social de Inserção, por discriminar negativamente os jovens menos de 25 anos no acesso ao subsídio.

Num acórdão tornado público na sexta-feira, o tribunal afirma que em causa está a violação dos artigos da Constituição que consagram o princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Segundo a agência Lusa, oito juizes do tribunal votaram pela inconstitucionalidade e cinco pela constitucionalidade do diploma.

O Presidente da República enviou a proposta de lei para o Tribunal Constitucio-

nal no dia 29 de Novembro, três dias depois de ser aprovado pelo Governo, pedindo esclarecimentos sobre o fundamento da «discriminação objectiva» das pessoas com menos de 25 anos.

Jorge Sampaio considerou que ao distinguir, «sem fundamento razoável para o fazer», entre pessoas maiores e menores de 25 anos, o legislador poderia estar a violar o princípio da igualdade próprio do Estado de Direito, além de privar «uma parte de pessoas de direitos e prestações anteriormente concedidos», mas «sem fundamento constitucional».

Como refere a nota emitida pelo Palácio de Belém, o Estado pode estar a violar «o

princípio da igualdade ou o princípio da universalidade na titularidade e exercício dos direitos fundamentais».

Bagão Félix, o ministro da Segurança Social e do Trabalho, manifestou-se de imediato em desacordo com a decisão do Tribunal Constitucional. «Não concordo com

ela. Acho que não viola nenhum princípio fundamental», afirmou.

O Rendimento Social de Inserção só está acessível a cidadãos com mais de 25 anos, enquanto o extinto Rendimento Mínimo Garantido podia ser recebido a partir dos 18 anos.



PCP reúne-se com CGTP-IN

Uma delegação do PCP, formada por Carlos Carvalhas, Jerónimo de Sousa e Fernanda Mateus, reuniu-se na tarde de sexta-feira com uma delegação da CGTP-IN que integrava o secretário-geral Manuel Carvalho da Silva. Esta reunião realizou-se a pedido da Intersindical.



«Caravana da Instabilidade» chega a Lisboa

A «Caravana da Instabilidade», organizada pela Fenprof, chegou ao seu destino na sexta-feira: o Ministério da Educação, em Lisboa. Esta caravana partiu do Porto e percorreu o País durante um mês, alertando para os problemas da qualidade de ensino e da estabilidade de emprego e do desemprego na docência.

O percurso final da caravana iniciou-se em Almada, na sexta-feira, atravessando em marcha lenta a Ponte 25 de Abril. Em Lisboa, era aguar-

dada por uma concentração de dirigentes e activistas sindicais com um puzzle que representa os números da instabilidade dos docentes. No Ministério da Educação foram entregues postais e um abaixo-assinado com nomes recolhidos em todo o País.

